

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ALEXANDRE PAULI

**O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL E O NOVO ENSINO MÉDIO (NEM):
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA**

CHAPECÓ

2023

ALEXANDRE PAULI

**O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL E O NOVO ENSINO MÉDIO (NEM):
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Claudecir dos Santos

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Maurício Matiello

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Pauli, Alexandre

O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL E O NOVO ENSINO MÉDIO (NEM): UMA ANÁLISE A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA / Alexandre Pauli. -- 2023.
98 f.:il.

Orientador: Doutor Claudecir dos Santos

Co-orientador: Doutor Alexandre Maurício Matiello

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Chapecó, SC, 2023.

1. Ensino Médio. 2. Sociologia. 3. Livro Didático. 4. PNLD. I. Santos, Claudecir dos, orient. II. Matiello, Alexandre Maurício, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.


ALEXANDRE PAULI

**O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL E O NOVO ENSINO MÉDIO (NEM):
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 20/12/2023.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDECIR DOS SANTOS**
Data: 20/12/2023 19:33:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Claudecir do Santos – UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE MAURICIO MATIELLO**
Data: 23/12/2023 17:12:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Maurício Matiello – UFFS

Documento assinado digitalmente
 **ARI JOSE SARTORI**
Data: 20/12/2023 19:49:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ari José Sartori – UFFS
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA PELEGRINI**
Data: 21/12/2023 12:23:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Ma. Camila Pelegrini – UFFS
Avaliadora

Dedico este trabalho a todos os pesquisadores em educação, aos que se empenham ao ensino de Sociologia, em especial, aos professores que estão no chão da sala de aula e sabem o quão difícil e gratificante é fazer a educação acontecer no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Foram alguns anos de estudo e dedicação para minha segunda graduação em Ciências Sociais pela UFFS. Um longo caminho percorrido, conciliando estudos e trabalho.

Esta formação proporcionou conformações, entendimentos, mas sobretudo, muitos questionamentos. Neste caminho diversas foram as partilhas com colegas, amigos de curso e professores.

Para a realização deste trabalho agradeço a professora Valdete Boni e Alexandre Matiello, meu coorientador, que inicialmente auxiliaram no delineamento do tema de pesquisa.

Ao professor Claudécir dos Santos, pelas orientações, considerações, sugestões e por dar um norte ao trabalho.

Sou grato aos demais professores do curso de Ciências Sociais pela formação neste percurso.

A preceptora do Programa Residência Pedagógica, Camila Pelegrini, que me incentivou em todos os momentos e que é uma exímia professora de Sociologia na Educação Básica, defensora do ensino público, apaixonada e entusiasta da educação.

Agradeço a professora Tainara Volan pelas correções, adequações e leitura final do texto.

Por fim, estendo os agradecimentos ao professor Ari pelo aceite em ser componente da banca avaliadora.

[...] não se educa “para alguma coisa”, educa-se porque a educação é um direito e, como tal, deve ser garantida de forma igualitária, equânime e justa. O objetivo da educação e das suas políticas não é formar gerações para o mercado, para o vestibular ou, tampouco, atingir os índices internacionais de alfabetização e matematização. O foco central são os sujeitos sociais, entendidos como cidadãos e sujeitos de direitos (GOMES, 2012, p. 688).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo central compreender, a partir da organização e configuração dos livros didáticos de Sociologia (antes e após a Reforma do Ensino Médio Lei nº 13.415/2017), as possibilidades epistêmicas e pedagógicas para o Ensino de Sociologia no Brasil. Para atender o objetivo central, foi retomada a trajetória da disciplina de Sociologia na grade curricular do Ensino Médio no Brasil; sua institucionalização e intermitências. Posteriormente, se fez necessário analisar o Programa Nacional do Livro Didático, em especial dos livros didáticos de Sociologia, cuja inserção acontece a partir do ano 2008 e como esta inclusão reflete na produção dos livros e no ensino da disciplina nas escolas do Ensino Médio. Se julgou essencial, dissertar sobre a estruturação do Novo Ensino Médio, de acordo com as proposições da Base Nacional Comum Curricular para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; área onde ocorre a integração da disciplina de Sociologia. A reforma do Ensino Médio também causou reflexo na produção do livro didático e a partir de 2021 o livro disciplinar de Sociologia deixa de existir e conteúdos de Sociologia passam a integrar o livro interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. No sentido de verificar se houve possíveis mudanças e alterações na abordagem de categorias conceituais nas edições do livro disciplinar de Sociologia para o livro interdisciplinar de Ciências Humanas, foi realizada através da análise de conteúdo sobre a seleção de um livro didático de cada edição do programa para comparar e apontar possíveis modificações na produção das obras. Para operacionalizar a análise foram elencadas categorias e subcategorias das Ciências Sociais das áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Após o percurso de análise dos livros didáticos, categorias e subcategorias, são descritas observações, mudanças, reduções e alterações na forma como as categorias temáticas foram se conformando nessa trajetória de produção dos livros didáticos de Sociologia.

Palavras-chave: Ensino Médio; Sociologia; Livro Didático; PNLD.

ABSTRACT

The central objective of this undergraduate thesis is to comprehend, based on the organization and configuration of Sociology textbooks (before and after the High School Reform Law No. 13,415/2017), the epistemic and pedagogical possibilities for Sociology Education in Brazil. To achieve this central objective, the trajectory of the Sociology discipline in the High School curriculum in Brazil was revisited, considering its institutionalization and intermittencies. Subsequently, it became necessary to analyze the National Textbook Program, particularly Sociology textbooks, introduced in 2008, and how this inclusion reflects in the production of textbooks and the teaching of the discipline in High Schools. It was deemed essential to discuss the structuring of the New High School, according to the propositions of the National Common Curricular Base for the area of Humanities and Applied Social Sciences, where the integration of the Sociology discipline occurs. The High School Reform also had an impact on the production of textbooks, and starting in 2021, the disciplinary Sociology book ceases to exist, and Sociology content becomes part of the interdisciplinary book of Humanities and Applied Social Sciences. To assess possible changes in the approach to conceptual categories from editions of the disciplinary Sociology book to the interdisciplinary book of Humanities, an analysis of content was conducted. A textbook from each edition of the program was selected for comparison to identify possible modifications in the production of the works. To operationalize the analysis, categories and subcategories from the Social Sciences areas of Sociology, Anthropology, and Political Science were listed. After the analysis of textbooks, categories, and subcategories, observations, changes, reductions, and alterations in the way thematic categories evolved in the production trajectory of Sociology textbooks are described.

Keywords: High School; Sociology; Textbook; PNLD.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Síntese de datas e eventos relevantes na institucionalização da Sociologia no Brasil	32
Figura 2 – Dados estatísticos de investimento do FNDE no PNLD 2022 exercício 2021	38
Figura 3 – Competências Gerais da Educação Básica.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Livros escolhidos para compor as unidades de análise	20
Quadro 2 – Livros didáticos de Sociologia em diferentes edições do PNLD	49
Quadro 3 – Descrição Livro Didático PNLD 2012 (continua).....	63
Quadro 4 – Descrição Livro Didático PNLD 2012 (continuação)	64
Quadro 5 – Descrição Livro Didático PNLD 2012 (conclusão)	65
Quadro 6 – Descrição Livro Didático PNLD 2015 (continua).....	66
Quadro 7 – Descrição Livro Didático PNLD 2015 (continuação)	67
Quadro 8 – Descrição Livro Didático PNLD 2015 (conclusão)	68
Quadro 9 – Descrição Livro Didático PNLD 2018 (continua).....	69
Quadro 10 – Descrição Livro Didático PNLD 2018 (continuação)	70
Quadro 11 – Descrição Livro Didático PNLD 2018 (conclusão)	71
Quadro 12 – Descrição Livro Didático PNLD 2021 (continua).....	72
Quadro 13 – Descrição Livro Didático PNLD 2021 (continuação)	73
Quadro 14 – Descrição Livro Didático PNLD 2021 (conclusão)	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBTCEM	Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio
CHSA	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
CNE	Conselho Nacional da Educação
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMC	Educação Moral e Cívica
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INL	Instituto Nacional do Livro
LD	Livro Didático
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
NEM	Novo Ensino Médio
OCEM	Orientações Curriculares Para o Ensino Médio
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PT	Partido dos Trabalhadores
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PERCURSO METODOLÓGICO	18
3	O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL.....	23
4	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD).....	33
4.1	O PNLD E OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA	39
5	O NOVO ENSINO MÉDIO (NEM) E AS PROPOSIÇÕES DA BNCC PARA A ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS	51
6	O LIVRO DIDÁTICO DISCIPLINAR ANTECEDENTE À REFORMA DO EM E O LIVRO DIDÁTICO INTERDISCIPLINAR A PARTIR DO NEM.....	62
7	COMPARATIVO E ALTERAÇÕES VERIFICADAS NAS ANÁLISES DOS LIVROS DIDÁTICOS	75
7.1	SOCIOLOGIA – ANÁLISE DA CATEGORIA: TRABALHO – SUBCATEGORIA: CLASSES SOCIAIS	75
7.2	ANTROPOLOGIA – ANÁLISE DA CATEGORIA: CULTURA – SUBCATEGORIA: INDÚSTRIA CULTURAL	79
7.3	CIÊNCIA POLÍTICA – ANÁLISE DA CATEGORIA: CIDADANIA – SUBCATEGORIA: DEMOCRACIA	83
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

A inclusão da disciplina de Sociologia no Ensino Médio (EM), historicamente, no Brasil, enfrenta diversos reveses no ponto de vista de inserção e retirada do currículo escolar. Mais recentemente, a partir da obrigatoriedade da disciplina, através da Lei nº 11.684/2008 (BRASIL, 2008), todas as escolas passaram a ofertar no seu currículo a disciplina de Sociologia até a Reforma do Ensino Médio Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017).

A obrigatoriedade do ensino da Sociologia no EM, a partir do ano de 2008, passa a suscitar alguns aspectos relevantes para o estudo desta área do conhecimento e seu fortalecimento, como por exemplo: o debate intelectual sobre o tema com pesquisas acadêmicas, a procura mais significativa na formação de professores¹ e a produção de livros didáticos (LDs).

O debate intelectual sobre o tema tem fomentado a produção acadêmica na área com artigos, trabalhos de pós-graduação, eventos e congressos especializados, coletâneas sobre o tema de ensino de Sociologia, divulgação de pesquisas etc. Outro efeito, consequência da obrigatoriedade da Sociologia no currículo, é a reintrodução da Sociologia sobre os cursos de formação de professores com uma expansão quantitativa na oferta do número de licenciaturas em Ciências Sociais, notadamente uma expansão tardia. Por fim, incide na produção de LDs para o ensino de Sociologia no EM, uma política de Estado que nos anos 2000 passou a integrar o EM (OLIVEIRA; CIGALES, 2019), tendo ocorrido pela primeira vez no ano de 2012 e seguiu nos anos de 2015 e 2018, em um contexto de ampliação no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

Com a aprovação e implantação do novo ensino médio (NEM), a Sociologia passou a ter sua presença incerta nas escolas e mais uma vez se observa a intermitência de oferta desta disciplina, a qual está integrada na grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e ratificando o cenário de incertezas que circunda a formação na área.

A partir de 2021 os LDs passam a estar ancorados nas competências e habilidades elencadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com a reforma do EM os livros de Sociologia, de forma individualizada deixam de existir, e os conteúdos sociológicos passam a integrar o LD de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

¹ No desenvolvimento da escrita fazemos o uso gramatical do substantivo masculino genérico como uma maneira de dar fluência nos caracteres do texto. Sabemos das diferentes formas de aplicação da linguagem inclusiva. Ensinamos que ambos os gêneros e também pessoas não-binárias sintam-se representados (as/@): pesquisadoras (@), professoras (@) e educadoras (@).

Os livros de Sociologia passaram a integrar o PNLD e serem distribuídos a partir de 2012, e em 2021 os conteúdos de Sociologia são integrados nos livros de Ciências Humanas, ou seja, são apenas três edições do PNLD onde foram contemplados, respectivamente dos anos 2012, 2015 e 2018. É sobre estas nuances em sua configuração que surge a motivação em pesquisar e observar se houve mudança, redução ou alteração na configuração dos conteúdos dos livros de Sociologia para Ciências Humanas, através da verificação das categorias conceituais. Queremos aqui traçar quais impressões podem ser destacadas na análise de trajetória na produção dos LDs.

Dentre estes desafios explanados acima, bem como outros embates no ensino da Sociologia, o que pretendemos com esse estudo é problematizar, principalmente através da análise de conteúdo dos LDs de Sociologia, o modo como o ensino desta disciplina vai se desenhar ao longo do EM. Nesta problematização poderá se observar e comparar como as questões, principalmente as relacionadas aos conceitos para o ensino da disciplina, são tratadas nos LDs de Sociologia, antes e após a reforma do EM.

A questão central do trabalho consiste na indagação:

– Houve mudanças e alterações na abordagem de categorias conceituais – previamente definidas – nas edições do PNLD do livro de Sociologia e do livro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas?

Logo algumas questões norteadoras da pesquisa balizaram os estudos teóricos e empíricos e foram assim esquematizadas:

– Na elaboração e análise dos LDs de Sociologia, como as categorias conceituais são apresentadas e configuradas na trajetória de produção dos exemplares entre diferentes edições do PNLD?

– Se observa alguma diminuição de conteúdos estruturantes (conceitos, teorias, configurações dos livros e autores) na composição do livro do NEM?

– Em caráter comparativo entre os livros, antes e após o NEM, quais impressões podem ser destacadas ao serem percorridos no quesito de conteúdo: organização das categorias no sumário, aspectos conceituais e pensadores empregados das áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política?

Estabelecidos os questionamentos que nos motivaram a desenvolver este trabalho, o modo de torná-lo materializado, traçamos o objetivo central de compreender, a partir da organização e configuração dos conteúdos dos LDs de Sociologia (antes e após a Reforma do Ensino Médio Lei nº 13.415/2017), as possibilidades, epistêmicas e pedagógicas, para o ensino de Sociologia no Brasil.

Notadamente, para alcançarmos o objetivo central precisamos conhecer a trajetória da disciplina de Sociologia na grade curricular do EM no Brasil: sua consolidação, desafios e obstáculos. O compilado que contempla essa perspectiva está dissertada no capítulo 3: o ensino de Sociologia no Brasil. Nele realizamos um esforço de resgatar o caráter histórico de como as Ciências Sociais no Brasil foram se organizando e reorganizando no espaço temporal e escolar. Trazemos os esforços de Florestan Fernandes para a contextualização histórica, já que o autor sempre esteve envolvido nas lutas em defesa da inclusão e permanência da disciplina no currículo escolar.

Para dissertação do percurso da institucionalização da Sociologia no Brasil, como disciplina, recorreremos às pesquisas desenvolvidas sobretudo por Simone Meucci (2000), Ana Martina Baron Engerroff (2017), Amurabi Oliveira (2013) e Júlia Polessa Maçaira (2017). Os referidos autores tem uma produção acadêmica de proximidade com o tema deste trabalho e que corroboram com questões sobre o ensino de Sociologia interseccionais com a temática dos LDs e PNLD.

Para analisar a organização do PNLD, em especial dos LDs para o ensino de Sociologia no Brasil e seus aportes pedagógicos, apresentamos a definição do que se trata o LD propriamente, para em seguida argumentarmos sobre o seu programa de distribuição conferindo um destaque temporal ao PNLD, principalmente após o ano 2008, quando o livro de Sociologia passa a ser contemplado no programa. Aspectos do funcionamento do programa, sua organização, investimentos na sua execução são abordados no transcorrer deste capítulo; este que é um dos programas de Estado de maior aporte financeiro e também de maior volume de livros impressos e distribuídos no Brasil.

Ainda neste mesmo capítulo, está contida uma seção que discorre especialmente sobre a inserção do livro de Sociologia no PNLD a partir do ano de 2012. Como esta inclusão reflete na produção dos livros e o ensino da disciplina nas escolas do EM. Este momento é marcado pela inserção da Sociologia no currículo das escolas, conferindo caráter de padronização e legitimação que impacta decisivamente nas formas como as Ciências Sociais são transformadas em conhecimento escolar e o LD é um dos elementos/objetos que passa a fazer a rotinização da Sociologia no EM.

Avançando no texto, passamos a discorrer sobre a estruturação do NEM e a integração da disciplina de Sociologia na área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que foram desenvolvidas no capítulo 5, que versa sobre o NEM e as proposições da BNCC para a área de Ciências Humanas. Neste capítulo, trazemos uma análise na reorganização da formação geral básica que passa a suscitar muitas incertezas, principalmente para o ensino da

Sociologia como disciplina obrigatória, que passa a ser tratada como um saber transversal, com “estudos e práticas”. Esta reestruturação do EM também causa reflexos na produção do LD. Antes apresentados como disciplinares, agora os livros são configurados dentro da interdisciplinaridade em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Justamente com esta nova configuração dos LDs objetivamos comparar e sintetizar sobre as categorias conceituais estruturantes para o desenvolvimento das competências nos LDs de Sociologia antes e após o NEM. Perceber como essas mudanças trarão reflexos nos LDs e os novos direcionamentos que a BNCC implica a elaboração do PNLD. Para cumprir com esta intenção selecionamos e exploramos alguns exemplares dos livros, com o intuito de localizar as categorias e subcategorias de análise. O percurso metodológico encontra-se detalhado na sequência deste capítulo introdutório.

As impressões e observações que realizamos no escrutínio dos LDs previamente selecionados estão detalhados no capítulo que trata do livro didático antecedente à reforma do EM, que são os livros disciplinares, e o LD após o NEM, que são os livros denominados interdisciplinares. No capítulo seguinte, complementa-se isto traçando um comparativo e alterações que foram observadas nas análises dos LDs do PNLD dos anos 2012, 2015, 2018 e 2021.

Espera-se com este trabalho trazer alguns elementos para a discussão acadêmica e que possam auxiliar demais pesquisadores no campo epistêmico no estudo dos LDs, em especial as obras do PNLD de Sociologia. Acreditamos que esta pequena contribuição de longe esgota a pesquisa sobre o tema. Pelo contrário, neste momento ainda seria totalmente incipiente elencar conclusões definitivas, pois a implantação do NEM está em permanente discussão e passível de revogação ou ajustes.

Vislumbra-se um universo extremamente pertinente para pesquisa no que concerne aos LDs de Sociologia, antes e após a implantação do NEM. Pelas recentes alterações nas diretrizes, e o corpus de análise que são os LDs de Sociologia, esta pesquisa pode trazer elementos novos para o centro do debate acadêmico.

Como acadêmico do curso em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cujo curso de licenciatura está voltado essencialmente para o EM, tenho como um *dever-ser* de retribuição pelo acesso à educação durante todo o transcorrer dos anos na graduação, realizar esta pesquisa e discussão pertinentes à educação, em especial ao objeto de estudo “livro didático”; seus avanços e retrocessos, disputas e embates constantes.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O desafio do trabalho aqui desenvolvido está esquematizado em duas etapas. Nas seções que sucedem, apresentamos um compilado de estudos, principalmente acadêmicos, uma vez que a pesquisa sobre LDs de Sociologia é um fenômeno que podemos caracterizar como contemporâneo, justificado pelo surgimento do LD de Sociologia, apenas a partir do PNLD de 2012. Esta pesquisa, do tipo bibliográfica, foi construída pelo estudo de obras encontradas por meio do escrutínio no Portal de Periódicos da Capes facilitando a localização de artigos relacionados a temática, bem como, ao Banco de Teses e Dissertações da Capes. Para tal pesquisa empregamos as palavras-chave: “Livro Didático”, “Sociologia”, “Análise de Conteúdo” e “PNLD”.

Esta pesquisa bibliográfica se fez necessária para construir uma base do conhecimento e para entendermos o que já foi estudado e publicado sobre o tema de pesquisa. Ainda permite estabelecer um contexto deste trabalho dentro de um espectro mais amplo da literatura já existente, identificando autores pesquisadores e suas contribuições sobre o ensino de Sociologia, o funcionamento do PNLD, bem como situar a inserção do LD de Sociologia no programa e como as configurações do NEM e as proposições da BNCC vem refletindo no LD. Por fim, a pesquisa bibliográfica se justifica como forma de fundamentar teoricamente o trabalho, fornecendo uma base sólida de referências e evidências para apoiar as alegações e argumentos apresentados (MINAYO, 2009).

O segundo momento, o mais agregador da investigação, é a pesquisa de análise de conteúdo. Para a pesquisa empregamos a técnica de análise de conteúdo segundo Laurence Bardin (2016), a qual possui três etapas, organizadas em: 1) pré-análise – é a fase que compreende a organização do material a ser analisado; 2) exploração do material – diz respeito à codificação do material e na definição de categorias de análise; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Laurence Bardin, pesquisadora francesa, é a referência de muitas pesquisas brasileiras no tocante a análise de conteúdo de modo qualitativo, com sua obra clássica que versa sobre esse tipo de pesquisa. Além dela, podemos fazer ancoragem no pesquisador brasileiro Roque Moraes (1999), que também disserta sobre pesquisa de análise de conteúdo.

O *corpus* da pesquisa é constituído pelos LDs de Sociologia, aprovados no PNLD. Temos três edições do PNLD, nas quais o livro de Sociologia era apresentado de forma individualizada (edições de 2012, 2015 e 2018) - e a edição de 2021, na qual a disciplina de Sociologia é apresentada de forma congregada no livro de Ciências Humanas e Sociais dentro

da configuração de “estudos e práticas de Sociologia”. Cada edição do programa do LD apresentou, respectivamente, esta quantidade de livros de Sociologia: quatorze obras em 2021, cinco obras em 2018, seis obras em 2015 e duas obras em 2012.

Na edição de 2021, os livros de Ciências Humanas e Sociais atendem as disciplinas de Sociologia, Filosofia, Geografia e História e em cada obra didática, segundo o edital, o livro impresso do estudante deveria ser composto por seis volumes e cada volume conter no máximo 160 páginas. O conjunto dos seis volumes do livro do estudante deveria abordar, de maneira equânime, todas as competências gerais, específicas e habilidades de cada área do conhecimento. Ao se abordar as habilidades e as competências específicas, deveriam ser explicitadas a devida articulação delas com as competências gerais, os temas contemporâneos e as culturas juvenis, conforme indicado pela BNCC (BRASIL, 2019).

Para a consecução dos objetivos da pesquisa, viabilidade de tempo para este trabalho e atendendo à problematização, consideramos que o ideal fosse a análise de um LD de Sociologia de cada PNLD. Adotamos este critério de selecionar um livro de cada edição e de uma editora diferente para termos uma amostra diversificada e variada. Consideramos esta forma mais adequada para contemplar um universo mais amplo e variado, e pelo fato de que todos os livros tiveram um mínimo de duas aprovações, ou seja, tiveram mais de uma edição, com exceção do PNLD 2021.

De posse da informação dos livros que foram contemplados nos respectivos PNLD da edição 2012 até 2021, realizamos uma busca na rede mundial de computadores para encontrar os livros citados em formato PDF. A regra para a escolha do *corpus* da amostra é que os livros estivessem disponíveis de forma *on-line*. Os livros que foram localizados com facilidade na *Web* em formato PDF foram então escolhidos para compor a amostra analisada. A opção pelo livro em formato PDF foi o critério orientador para auxiliar na localização das categorias de forma mais rápida (utilizando-se de ferramentas de busca do próprio leitor de PDF) e na compilação das informações nos quadros de descrição.

A escolha de obras com diferentes autores e editoras tem como objetivo observar como cada livro didático organiza o seu discurso pedagógico. Buscamos encontrar os pontos de semelhanças e diferenças entre os discursos presentes nos livros didáticos. Deste modo, Sociologia para o ensino médio (2012), representa o livro do primeiro PNLD de Sociologia. Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (2015), assim como a obra anteriormente citada esteve na edição 2012, além das edições 2015 e 2018, portanto em três edições seguidas. Já o livro Sociologia em Movimento (2018), foi o livro didático de Sociologia mais escolhidos por

professores e com aproximadamente 3 milhões de cópias vendidas para o MEC (BODART; ESTEVES; TAVARES, 2021).

Deste modo, temos um painel de análise de quase uma década de produção e a trajetória que foi percorrida. Realizamos o processo de preparação do material a ser analisado identificando todos os LDs de Sociologia escolhidos no PNLD, em cada edição, bem como a editora responsável pela publicação de cada livro, conforme quadro que está disposto na seção 4.1 intitulada: O PNLD e os Livros Didáticos de Sociologia.

Identificados todos os livros, selecionamos um LD de cada edição do PNLD que se constitui então em uma unidade de análise. Desta maneira, nove LDs foram escolhidos para compor a amostra investigativa. O Quadro 1, apresenta os livros selecionados e que compõem as unidades de análise.

Quadro 1 – Livros escolhidos para compor as unidades de análise

Livro Didático/ Unidade de Análise	Editora	PNLD
Sociologia para o ensino médio. 2ª edição 2010.	Saraiva	Edição 2012
Tempos modernos, tempos de sociologia. 2ª edição 2013.	Editora do Brasil	Edição 2015
Sociologia em movimento. 2ª edição 2016.	Moderna	Edição 2018
Diálogos em Ciências Humanas. 1ª edição 2020. Composta por seis volumes: Compreender o mundo; Consciência Ambiental; Construção da Cidadania; Convívio Democrático, Mundo em movimento e Importância do Trabalho	Ática	Edição 2021

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Para a análise dos LDs, vamos empregar os três conceitos estruturadores do Ensino de Sociologia que se encontram nos PCN + Ensino Médio, que designamos de categorias, para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, ou seja, nas Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais publicada no ano de 2006 e complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicado no ano 2000 respectivamente (BRASIL, 2006).

As categorias são **Cidadania**, **Trabalho** e **Cultura**, sendo que são os conceitos norteadores para a escolha das três subcategorias de análise. O documento PCN+ (BRASIL, 2006), justifica a escolha do porque estas três categorias serem consideradas fundamentais nas Ciências Sociais presentes no EM. Primeiramente, porque esse conjunto de conceitos permite que alguns paradigmas teóricos e metodológicos da Sociologia, da Antropologia e da Ciência

Política sejam identificados, analisados, construídos e apropriados pelo estudante. Em segundo lugar, o trabalho pedagógico com estes conceitos vai permitir uma razoável compreensão do entorno do aluno, o que pode gerar ações transformadoras do ambiente social. Em terceiro lugar, os conceitos de cidadania, trabalho e cultura se articulam, de maneira orgânica ou estrutural, aos conjuntos conceituais das outras disciplinas integrantes do currículo do EM (BRASIL, 2006).

Ainda dentro destas três categorias estruturadoras das atividades pedagógicas, elencamos três conceitos/subconceitos a eles vinculados para a análise dos LD, isto se deve em função da ampla abrangência da amostra de pesquisa e como forma de racionalizar e otimizar a análise. Estas subcategorias estão presentes no PCN+. Na categoria de *Cidadania* analisamos a subcategoria *Democracia*, considerada um reflexo das relações entre o indivíduo e a sociedade. Na categoria *Trabalho*, analisamos a subcategoria *Classes Sociais*, uma consequência dos modos de produção relacionado diretamente a desigualdades e estratificação social. Por último, na categoria *Cultura* analisamos a subcategoria *Indústria Cultural*, correlacionada a outros conceitos como cultura de massa e alienação. Deste modo, temos a definição das categorias e subcategorias de análise.

As categorias de análise foram eleitas de forma apriorística, de acordo com documentos oficiais de conceitos que devem ser abordados no EM na disciplina de Sociologia. De forma inicial, elas proporcionam um balizamento possibilitando classificar diretamente dentro das unidades de análise nas categorias principais e, a partir de então, diversificá-las em subcategorias.

Realizada a identificação das unidades de análise e definição das categorias e subcategorias a serem percorridas e identificadas nos LDs, chegamos a fase da descrição do conteúdo verificado. Para Moraes (1999), quando se tratar de uma pesquisa de abordagem qualitativa, o que é nosso caso, para cada uma das categorias será produzido um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas.

A descrição do que foi visualizado está compilada através de três critérios: organização das categorias/subcategorias no sumário de cada livro, descrição dos aspectos averiguados na organização e escrita das unidades/partes/capítulos aonde as categorias estão localizadas e pensadores clássicos predominantes na Antropologia, Ciência Política e Sociologia empregados para o desenvolvimento, argumentação dos textos e transposição didática dos conceitos.

Esta descrição operacionalizada através das categorias/subcategorias foi compilada em quadros para fácil entendimento e assimilação. Cada unidade de análise, ou seja, um LD, terá

um quadro descritivo com as categorias/subcategorias exploradas assim apresentadas: divisão em colunas, sendo uma primeira coluna com a organização das categorias e subcategorias no sumário, uma segunda coluna com a descrição dos aspectos averiguados nos capítulos/unidades e uma terceira coluna com a relação dos pensadores, frequentemente, utilizados no ensino da Sociologia.

Finalizado as descrições, na seção seguinte há o desenvolvimento da análise e interpretação do que foi apresentado nos quadros. Nesta etapa final elaboramos uma síntese interpretativa através de uma redação que dialoga com os objetivos deste trabalho, bem como com as questões e problema de pesquisa. Nesta seção, desenvolvemos uma escrita centrada na análise reflexiva de como as categorias/subcategorias estão situadas nos livros de todas as edições analisadas traçando, através de uma abordagem comparativa, as impressões observadas nas descrições e escrutínio dos livros.

3 O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

O campo da Sociologia no Brasil é histórico e composto em seu quadro de autores e pesquisadores com reconhecimento científico mundial. Seu maior impulso se deu nas décadas de 1920 e 1930 com os primeiros estudos sociológicos no Brasil. Nestas décadas, a Sociologia começou a ganhar mais espaço nas universidades e nos debates intelectuais. Destacam-se: Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Antônio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, dentre outros nomes.

Podemos ressaltar, em especial, o trabalho de Florestan Fernandes como o autor que marcou profundamente a Sociologia brasileira como ciência, um dos principais nomes com significativas publicações e que estabeleceu um novo estilo de investigação sociológica, com rigor analítico e crítico. Considerado o fundador da Sociologia Crítica no Brasil, foi um dos primeiros alunos do Curso de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), contribuindo para conferir status e consolidação da Sociologia como ciência e, posteriormente, como área de estudo e disciplina em universidades e escolas (CARDOSO, 2013).

Nesta seção trazemos a abordagem do ensino da Sociologia especificamente no Brasil. Sabemos da trajetória e tradição da Sociologia e sua consolidação como ciência na Europa, entre os séculos XVIII e XIX no contexto das efervescências sociais, ocasionadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial na Inglaterra.

Para este trabalho, recorreremos ao sociólogo Florestan Fernandes, autor que tem uma trajetória marcante no ensino de Sociologia no Brasil. No primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia realizado no ano de 1954, Fernandes fez uma comunicação intitulada “O ensino de sociologia na escola secundária brasileira”. Este pode ser considerado um dos primeiros documentos que discorrem sobre a reflexão do ensino de Sociologia, no qual Fernandes procura sintetizar as funções universais por assim dizer, do ensino da Sociologia.

Apesar de ser datado do ano de 1954, ao ler o texto é possível correlacionar ao tempo presente a discussão acerca dos impasses no ensino da disciplina nos currículos escolares. A integração da Sociologia nos currículos escolares já era considerada pelo autor como “verdadeiramente caótica” e a posição da disciplina no sistema educacional brasileiro, pondera o autor, “oscila de maneira irregular, ao sabor de inspirações ideológicas do momento” (FERNANDES, 1980, p. 94).

O sociólogo Florestan Fernandes tem uma notória contribuição na institucionalização do ensino das Ciências Sociais no Brasil, defendendo o estudo de Sociologia no EM (na época ensino secundário) pautado nas referências metodológicas básicas e na variação de estratégias

de ensino, procurando sempre adaptar o ensino de Sociologia às condições brasileiras. Fernandes justifica o ensino da Sociologia a partir do momento em que o costume e a tradição não mais operam, e enquanto tais são imperativos, a ciência social é desnecessária. O ensino das Ciências Sociais, para Fernandes (1980, p. 90), seria “uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social”.

Ainda recorrendo a Florestan Fernandes, o estudo de Sociologia cumpre uma funcionalidade no entendimento de vários fenômenos da complexa sociedade em que vivemos, sejam eles políticos, econômicos, antropológicos e propriamente sociais. Listamos alguns objetivos para o ensino de Sociologia, para Florestan Fernandes (1980, p. 92 - 93):

- 1- (...) munir o estudante de instrumentos de análise objetiva da realidade social, mas também, complementarmente, o de sugerir-lhes pontos de vista mediante os quais possa compreender o seu tempo, e normas com que poderá construir a sua atividade na vida social.
- 2- (...) estabelecer um conjunto de noções básicas e operativas, capazes de dar ao aluno uma visão não estática nem dramática da vida social, mas que lhe ensine técnicas e lhe suscite atitudes mentais capazes de levá-lo a uma posição objetiva diante dos fenômenos sociais, estimulando-lhe o espírito crítico e a vigilância intelectual que são social e psicologicamente úteis, desejáveis e recomendáveis numa era que não é mais de mudança apenas, mas de crise, crise profunda e estrutural.
- 3- (...) a ciência do social traz uma contribuição importante às relações humanas, facilitando a compreensão e a tolerância, polindo as arestas, suavizando os conflitos entre os indivíduos, por isso mesmo que lhes abre os olhos para as suas causas.
- 4- (...) compreensão, por parte do homem, da natureza (...) de modo que possa acomodar-se com êxito a essa parte da realidade e assim conseguir ao menos certo grau de controle sobre ela.
- 5- (...) a base etnológica torna-se cada vez mais necessária para a compreensão do homem e desenvolvimento das ciências que dele se ocupam.

Sempre é válido trazermos para a contextualização histórica e destacar a importância de Florestan Fernandes, pois o autor sempre esteve envolvido nas lutas em defesa da inclusão e permanência da disciplina no currículo escolar. O texto “O ensino da sociologia na escola secundária brasileira” (FERNANDES, 1980), cujos fragmentos acima foram destacados, já demonstrava não só a importância da inclusão no currículo do ensino escolar da Sociologia nos marcos de seu ponto de vista, bem como do significado e do sentido que o ensino da Sociologia deve ter nas elaborações pedagógicas.

Avançando na dimensão do ensino de Sociologia no Brasil, é corriqueiro que ao se abordar sobre a sua institucionalização se recorra a marcos da legislação que permitiram a inclusão da disciplina nos currículos escolares. O percurso da Sociologia na escola é marcado pela não linearidade e pela instabilidade das fronteiras disciplinares. Contudo, bem antes da legislação cancelar a disciplina na grade curricular, “reconhece-se que a sociologia já estava

presente no país no século XIX, porém perpassada por outras formas de organização da ciência e da divisão curricular, assim como seus conhecimentos estiveram presentes em períodos posteriores, ainda que não se tenha uma disciplina escolar propriamente dita” (ENGERROFF, 2017, p. 31).

De forma breve faremos uma revisão do percurso da institucionalização do ensino de Sociologia no Brasil, embasada em pesquisas desenvolvidas sobretudo por Simone Meucci (2000) e por Ana Martina Baron Engerhoff (2017). As primeiras tentativas da institucionalização da Sociologia no ensino secundário em todo o país ainda ocorreram no século XIX. A primeira tentativa data do ano de 1882 “através do parecer aos projetos de reforma educacional apresentado pelo então deputado e famoso jurista Rui Barbosa, fundamentando a reforma do ensino para que elementos da sociologia e direito constitucional fossem obrigatórios na escola secundária” (ENGERROFF, 2017, p. 31).

Esta primeira tentativa não obteve êxito. Contudo, noutra reforma, desta vez proposta por Benjamin Constant (Decreto nº 981 de 1890), a Sociologia foi pela primeira vez incluída oficialmente nos currículos de ensino no Brasil, embora já constasse como disciplina na Escola do Exército (junto com “Moral”), passando mais tarde a compor o sétimo ano do curso secundário e o quinto ano da escola normal. Esta reforma não chegou a ser efetivada, contudo, é possível que tenha chegado a ocorrer alguns cursos de Sociologia no período. Nesta mesma tendência, uma das primeiras experiências de introdução efetiva da Sociologia no currículo acontece em 1892 no Atheneu Sergipense, em Aracaju, incluindo na sua denominação “Sociologia, Moral, Noções de Economia Política e Direito” (ENGERROFF, 2017, p. 32).

O que é perceptível nesta época é que a Sociologia tinha uma imbricação com a formação de uma elite intelectual, liderada em especial pelos ideais do positivismo, com o intuito de modernizar o país por meio do projeto emancipatório ligado aos temas de amor à pátria, moral, ordem e o trabalho. Vale ressaltar que até este momento, as obras didáticas que versavam sobre Sociologia eram predominantemente obras estrangeiras, em especial obras francesas. A inexistência de um sistema dinâmico de publicações destinadas ao ensino de Sociologia exigiu a utilização de manuais estrangeiros. A publicação de um conjunto significativo de obras introdutórias ao conhecimento sociológico ocorre de modo repentino na década de 1930 (MEUCCI, 2000).

Em 1925, com o Decreto nº 16.732-A, através da Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz, a Sociologia foi oficialmente incluída nos currículos, em destaque nos programas complementares para a aquisição do título de bacharel em Ciências e Letras. Posteriormente, a Reforma Francisco Campos, de 1931, “(...) reorganizou o ensino secundário (em dois ciclos,

um secundário e outro complementar), passando a Sociologia a ser obrigatória para o segundo ano do complementar, com carga horária maior para os candidatos aos cursos jurídicos, e também constava nas provas para admissão nos cursos superiores” (ENGERROFF, 2017, p, 33).

A partir de 1931, a Sociologia, ao lado da Antropologia e da Ciência Política são reconhecidas como conhecimentos especializados, com a inauguração dos cursos de graduação em Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Universidade de São Paulo (1934), na Universidade do Distrito Federal (1935) e na Universidade do Paraná (1938). A consolidação em cursos de formação de professores é a ressurgência e a consolidação da Sociologia (MEUCCI, 2000). Pondera Meucci, (2000, p. 10) sobre este momento, especialmente sobre o papel do material didático; “quando, de fato, após uma longa trajetória, a sociologia adquire um lugar institucional onde fora possível iniciar, de modo regular, a reprodução do conhecimento sociológico, especialmente na forma de manuais didáticos dedicados à difusão da nova disciplina entre os alunos.”

Em consequência da regulação, institucionalização e difusão do campo de estudo e pesquisa em Sociologia que também se destaca a produção e difusão dos LDs de Sociologia no Brasil. Entre os anos de 1931 e 1945, surgiram mais de duas dezenas de livros dedicados ao ensino de Sociologia (MEUCCI, 2000). São um conjunto de iniciativas que corroboram para tal: o ensino da Sociologia no ensino secundário e escolas normais; criação de cursos superiores em Ciências Sociais; a publicação de obras de grande relevância do pensamento social brasileiro e o surgimento de periódicos, manuais didáticos, dicionários e coletâneas (ENGERROFF, 2017, p, 34).

A partir deste momento, de acordo com os acontecimentos anteriormente mencionados, tem-se um esforço para a formação, produção e divulgação das teorias sociológicas no país, incluindo os manuais. Tal fenômeno desempenhará relevante papel no que Meucci designa de “fenômenos de mobilização para a rotinização do conhecimento sociológico no Brasil” (ENGERROFF, 2017, p, 34). Deste modo, os LD participaram deste processo de formação e consolidação de uma nova ciência, criando legitimidade no contexto brasileiro e possibilitando que a Sociologia brasileira tivesse o seu devido reconhecimento na academia. Neste momento, os manuais didáticos funcionavam como produtores curriculares e também teciam críticas aos programas oficiais propostos pelo Ministério da Educação servindo de contraponto e propondo outros conteúdos e abordagem da Sociologia (ENGERROFF, 2017).

No ano de 1942, com a Reforma Capanema, a disciplina de Sociologia deixa de ser obrigatória no ensino secundário e se redefine a nomenclatura e a estrutura para Ensino

Ginasial, o qual passa a ter duração de 4 anos. Apesar do fim da obrigatoriedade no ensino secundário, as atenções passaram a se concentrar no ensino superior, pois já havia se consolidado como campo de estudo, tanto como disciplina, como atividade social reconhecida com produções regulares no campo da teoria e da pesquisa. Mesmo com a ausência no ensino básico, os manuais e livros didáticos não deixaram de ser produzidos (ENGERROFF, 2017).

Mesmo com a intensificação nos debates quanto ao retorno da disciplina, com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Lei nº 4.024/1961) não houve a proposição da reinclusão da disciplina nas grades curriculares. A situação não se modifica em 1964 na ditadura militar, quando as disciplinas de Sociologia e Filosofia foram definitivamente retiradas dos currículos, e o ensino esteve mais voltado ao tecnicismo e ao profissionalismo. A Reforma Jarbas Passarinho (LDB nº 5.692/1971) tornou compulsória a profissionalização do ensino de segundo grau e ainda determinou como obrigatória a oferta das disciplinas da Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), ambas introduzidas por decreto lei e por portaria, respectivamente, disciplinas estas com cunho visivelmente ideológicos (ENGERROFF, 2017, p. 34).

A década de 1980 marca o retorno da Sociologia ao currículo. A abertura democrática e o fim da ditadura militar colocam em efervescência as discussões políticas com a participação das pessoas nas tomadas de decisão do Estado, surgindo movimentos sociais, sindicatos, associações comunitárias e partidos políticos. A Lei Federal nº 7.044/1982 propôs alterações na LDB com o fim da obrigatoriedade da profissionalização no 2º Grau, possibilitando a inclusão da Sociologia ainda no 2º Grau como disciplina optativa, neste caso, ficou a cargo de cada escola inserir ou não a disciplina em seu currículo. A partir deste marco, os estados começaram a reinserir a disciplina no currículo. São Paulo adotou já, em 1984, a obrigatoriedade da disciplina e a decisão se seguiu para demais estados da federação (ENGERROFF, 2017, p. 42).

Com o passar dos anos, a disciplina passou a ser incorporada em praticamente todos os currículos escolares, através de legislações estaduais de modo que em 1996, por ocasião da tramitação, na Câmara dos Deputados, de um projeto de reforma do ensino, a inserção da Sociologia como disciplina passa a ser discutida (ENGERROFF, 2017). Para Engerroff (2017, p. 42), “destaca-se que somente com a LDB (lei nº 6.394) de 1996 é que as legislações federais fizeram menção explícita ao ensino de sociologia, afirmando no art. 36, §1º, inciso III que os currículos deveriam exigir o domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia”. Ainda de forma tímida, a inserção destas duas disciplinas estava vinculada a necessidade do ensino do exercício de cidadania.

A LDB de 1996 não tornou a disciplina da Sociologia obrigatória, mas deu um tratamento transversal, o que pode ser constatado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), de 1998, afirmando no artigo 10 § 2º que as propostas pedagógicas das escolas deveriam assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para “conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998 apud ENGERROFF, 2017). A partir das DCNEM, outros documentos passaram a ser organizados e editados com a finalidade de dar direcionamento, sistematizar e organizar os conteúdos a serem ministrados. Em 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) são elaborados, mas ainda a Sociologia não figura como disciplina (ENGERROFF, 2017, p, 42).

Vale ressaltar que, no ano 2000, tramitou na Câmara o projeto de Lei nº 3.178/1997, que propunha a discussão da obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia no EM, visando à alteração do Art. 36 da LDB. Contudo, o projeto foi totalmente vetado pelo então presidente em 2001, sociólogo Fernando Henrique Cardoso, alegando dispêndio e de ser “contrário ao interesse público” ou gerar “ônus para os estados”, além da falta de profissionais para atuarem na área (WIERCZORKIEWICZ, 2022). Vale ressaltar esta decisão controversa pelo fato de o então presidente da República ser sociólogo, formado pela Universidade de São Paulo.

Com visão neoliberal, na época o Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, considerou o projeto de inclusão da disciplina no EM um retrocesso para o perfil curricular que estava pautado na interdisciplinaridade no lugar do ensino de disciplinas de forma estanque (WIERCZORKIEWICZ, 2022). Segundo texto das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), tal veto presidencial se justifica pela razão de que “o que se entende é que nem sempre a Sociologia teve um caráter crítico e transformador, funcionando muitas vezes como um discurso conservador, integrador e até cívico – como aparece nos primeiros manuais da disciplina. Não se pode esquecer que a Sociologia chegou ao Brasil de mãos dadas com o positivismo” (BRASIL, 2006, p. 105).

Esse período, pós o veto presidencial, é marcado pela intensa participação de profissionais com ligação direta às ciências sociais, aos sindicatos e, movimentos sociais pela luta na inclusão da Sociologia aos currículos escolares. Finalmente, no ano de 2006 a luta pela inclusão da Sociologia ao currículo tem um desfecho favorável. O então ministro da Educação, Fernando Haddad, homologa o Parecer nº 38/2006 do Conselho Nacional da Educação (CNE), tornando obrigatório o ensino da Sociologia no EM em escolas públicas e privadas do Brasil. Para além do exercício da cidadania até então apregoado, o ensino de Sociologia é uma

importante ferramenta para a compreensão das dinâmicas sociais (WIERCZORKIEWICZ, 2022).

Importante destacar que mesmo com a homologação do parecer do CNE em 2006 é apenas em 2 de junho de 2008, após a aprovação no Congresso Nacional, que é decretada e aprovada a Lei nº 11.684 que torna a disciplina de Sociologia obrigatória na Educação Básica em todas as séries do EM das escolas públicas e privadas de todo o país sociais (WIERCZORKIEWICZ, 2022).

O documento das OCEM é um arcabouço que dará direcionamento à implantação efetiva da disciplina no currículo escolar. É nele que encontramos justificativa para a inclusão da Sociologia no EM:

“Sociologia, como espaço de realização das Ciências Sociais na escola média, pode oferecer ao aluno, além de informações próprias do campo dessas ciências, resultados das pesquisas as mais diversas, que acabam modificando as concepções de mundo, a economia, a sociedade e o outro, isto é, o diferente – de outra cultura, tribo, país, etc.” (BRASIL, 2006, p. 105)

Ainda, de acordo com a OCEM, são dois princípios fundamentais da Sociologia na sala de aula: o estranhamento e a desnaturalização. O pensamento sociológico realiza a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais, bem como, exercita o estranhamento, que consiste observar os fenômenos sociais que rodeiam a todos e dos quais se participa, os quais não são de imediato conhecidos, pois aparecem como ordinários, triviais, corriqueiros, normais, sem necessidade de explicação, estando-se acostumado, e que na verdade nem são vistos. Logo, está justificada a importância do ensino de Sociologia na formação do estudante e no desenvolvimento de um olhar mais crítico em relação aos fenômenos sociais (BRASIL, 2006, p. 106).

A obrigatoriedade da Sociologia no currículo acontece em 2 de junho de 2008, após aprovação no Congresso Nacional, posteriormente decretada e aprovada a Lei nº 11.684 pelo presidente da República em exercício, José Alencar Gomes da Silva, que altera o Art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Com essa alteração, na forma da lei, a Sociologia torna-se disciplina obrigatória na Educação Básica em todas as séries do EM das escolas públicas e privadas de todo o país (WIERCZORKIEWICZ, 2022). A obrigatoriedade no ensino da sociologia marca uma nova fase para a disciplina, pela sua inclusão definitiva no currículo e pela intensificação na produção dos LD.

Conseqüentemente, para Engeroff (2017, p. 45), a Sociologia pode fazer parte das políticas educacionais do LD, mais especificamente o PNLD, que é uma política de Estado que tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da

distribuição de coleções de LDs aos alunos da educação básica. Ou seja, um passo gigantesco foi dado para a inclusão da sociologia no PNLD, e seu reconhecimento como ciência e como disciplina. Essa garantia fez com que, por algumas edições do PNLD, o livro de Sociologia fosse contemplado nos anos de 2012, 2015 e 2018.

Em 2017, no governo de Michel Temer com o avanço das políticas neoliberais para a educação, um duro golpe se configurou e incertezas voltaram a pairar no cenário em virtude da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Novamente é motivo de preocupação a permanência no currículo da Sociologia no EM. Retirou-se a obrigatoriedade da Sociologia do currículo escolar, apesar de indicar que essa disciplina deveria compor a BNCC. Através da Lei 13.415/17 se altera a lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a retirada da obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia, Artes, Filosofia e Educação Física no EM introduzindo os itinerários formativos com ênfase nas áreas do conhecimento: Linguagens; Matemática; Ciências da natureza; Ciências humanas; e a formação técnica e profissional (WIERCZORKIEWICZ, 2022).

A Reforma, promovida por meio de decreto presidencial, modificou a estrutura desta etapa de ensino, que, entre outros pontos, eliminou a Sociologia como disciplina obrigatória. Após muita pressão de classe, foi incluído na Lei 13.415/17 no artigo Art. 35-A § 2º “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia” (BRASIL, 2017). Deste modo, as incertezas ainda são persistentes e fica o questionamento se a Sociologia permanecerá como disciplina no EM, ou se será tratada novamente como um saber transversal.

De uma forma abrangente, tendo sido exposta esta trajetória do ensino escolar de Sociologia, encontramos em um pesquisador contemporâneo possíveis explicações que justificam a intermitência da Sociologia nas escolas. Amurabi Oliveira tem se debruçado em suas pesquisas na questão do ensino da Sociologia no Brasil. Oliveira (2013, p. 185) busca algumas ferramentas analíticas para realizar esta análise e que são fornecidas pelos autores da Sociologia da Educação, Bourdieu e Passeron, sendo que, “para a dupla de sociólogos franceses, o prestígio que se estabelece entre as distintas disciplinas acadêmicas se relacionam a maior ou menor afinidade entre estas e as habilidades valorizadas pelas elites culturais”.

A Sociologia se enquadra no prisma das disciplinas tidas como de maior grau de abstração e, portanto, mais distantes da realidade dos alunos, constituindo-se de um saber elitizado, voltado para a formação de agentes que ingressariam nos cursos superiores e valorizado no currículo escolar. Em contrapartida, “na medida em que se aproximou do debate político público, das questões sociais e culturais que constituem a realidade de seus alunos

mostra-se como um saber dispensável, que pode ser ‘ensinado de forma interdisciplinar’ por outras disciplinas, por outros professores sem formação acadêmica específica”, justifica Oliveira (2013, p. 186).

Pensando de uma forma generalizada sob a ótica do utilitarismo e do ensino tecnicista e altamente mercadológico, que marcam forte presença na história educacional brasileira, a pressão de entidades empresariais é uma das justificativas pela intermitência no ensino da disciplina (OLIVEIRA, 2013). Oliveira (2013, p. 186) complementa de forma enfática que:

entendemos que a compreensão em torno das presenças e ausências da Sociologia na escola se deve muito mais à forma como se estruturam os currículos escolares, tendo em vista as relações de poder na sociedade mais ampla, e em como a Sociologia ingressa em tais estruturas, do que a simples preconceitos ideológicos acerca da disciplina.

A seguir na Figura 1, para ilustrar as fases de intermitências no ensino de Sociologia, trazemos uma síntese de datas e eventos relevantes na institucionalização da Sociologia no Brasil especificamente no EM. Estas informações foram compiladas por Júlia Polessa Maçaira em sua tese de doutorado pela UFRJ (MAÇAIRA, 2017) intitulada “O Ensino de Sociologia e Ciências Sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos”.

Durante este trabalho voltaremos a tratar no capítulo 05 a Reforma do EM e a Lei 13.415/17 que altera a organização curricular do NEM incluindo as proposições da BNCC para área de Ciências Humanas. O objetivo do presente capítulo foi o de conhecer a trajetória da disciplina de Sociologia na grade curricular em todo o âmbito escolar e de forma mais enfática no EM no Brasil: sua consolidação, desafios e obstáculos. O que é perceptível é a constante intermitência, com as idas e vindas da disciplina na grade curricular, seja ele chamado de secundário ou médio ao longo dos anos.

Figura 1 – Síntese de datas e eventos relevantes na institucionalização da Sociologia no Brasil



Fonte: Adaptado de Maçaira (2017)

4 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

O livro didático (LD) sempre esteve em constante discussão e é considerado um objeto no campo de disputas. Há críticas no sentido de que o LD tem um caráter mercadológico, com limitações para ser empregado como recurso pedagógico e como um forte operador do currículo escolar (ENGERROFF, 2017). Em contrapartida, o LD pode ser considerado fruto do contexto histórico de um determinado local.

Antes de avançar no detalhamento do PNLD, cabe uma definição e explanação deste instrumento/suporte a que designamos de LD. Para entendermos de forma pertinente, recorreremos ao historiador e educador francês Alain Choppin, uma das maiores referências na pesquisa sobre LD do mundo, realizando estudos sobre produção e consumo, métodos e material didático. Choppin cita o exemplo brasileiro para exemplificar a tradição e a expressividade na produção nacional do peso considerável que o setor escolar assume na economia editorial. Argumenta o autor, que se deve levar em conta que “em um país como o Brasil, por exemplo, os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam, ainda em 1996, aproximadamente a 61% da produção nacional” (CHOPPIN, 2004, p. 551).

A pesquisa sobre os LD tem se intensificado ao longo das últimas décadas e uma das questões postas na atual conjuntura é sobre as incertezas em relação ao livro impresso, particularmente frente ao *boom* das novas tecnologias educativas que se tem constatado, principalmente nos últimos tempos, com uma digitalização expressiva. Além disso, Choppin cita a intensificação na pesquisa sobre os livros pela complexidade do objeto “livro didático” a diversidade de agentes que ele envolve desde a sua concepção até o seu descarte, a multiplicidade de suas funções e a coexistência de outros suportes educativos. O LD, em algumas situações, assume uma existência dependente de outros meios e materiais didáticos (quadros, mapas, diários, coleções de imagens etc.), tornando-se um elemento constitutivo de um conjunto de multimídia (CHOPPIN, 2004, p. 553).

O LD assume múltiplas funções, e o estudo histórico aponta para quatro funções essenciais, que podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização (CHOPPIN, 2004).

A primeira função é a referencial, ou também conhecida como programática ou curricular. Esta entende o LD como o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, “o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações” (CHOPPIN, 2004, p. 553).

A segunda função a instrumental, entende que o LD põe em prática:

métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas etc. (CHOPPIN, 2004, p, 553).

A terceira função do livro, considerada a mais antiga, é a função ideológica e cultural. A partir da constituição de Estados Nacionais o LD assume, no sistema educativo, um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Ou seja, ele é um instrumento privilegiado de construção da identidade, assim como os símbolos nacionais (bandeira, hino), e assume um importante papel político (CHOPPIN, 2004, p, 553).

Por fim, a quarta função do LD é função documental, pois acredita-se que pode “fornecer um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno” (CHOPPIN, 2004, p. 553). Logo, marcando saberes a serem questionados na relação de ensino.

Choppin (2004, p. 554) destaca a multiplicidade de atores envolvidos no processo de concepção, desenvolvimento, circulação dos LDs:

A concepção de um livro didático inscreve-se em um ambiente pedagógico específico e em um contexto regulador que, juntamente com o desenvolvimento dos sistemas nacionais ou regionais, é, na maioria das vezes, característico das produções escolares (edições estatais, procedimentos de aprovação prévia, liberdade de produção, etc.). Sua elaboração (documentação, escrita, paginação, etc.), realização material (composição, impressão, encadernação, etc.), comercialização e distribuição supõem formas de financiamento vultuosos, quer sejam públicas ou privadas, e o recurso a técnicas e equipes de trabalho cada vez mais especializadas, portanto, cada vez mais numerosas. Por fim, sua adoção nas classes, seu modo de consumo, sua recepção, seu descarte são capazes de mobilizar, nas sociedades democráticas sobretudo, numerosos parceiros (professores, pais, sindicatos, associações, técnicos, bibliotecários, etc.) e de produzir debates e polêmicas (CHOPPIN, 2004, p. 554).

Os elementos acima mencionados pelo autor, podem retratar a poderosa ferramenta que o LD pode representar na prática do ensino-aprendizagem, mas também como um objeto que está imbricado em interesses comerciais e editoriais, ideológicos, simbólicos, pedagógicos etc. Vamos, neste capítulo, dissertar de forma breve como é o funcionamento da política educacional brasileira no que diz respeito ao PNLD. Vale ressaltar, que o PNLD é uma política educacional de Estado e amplamente consolidada no Brasil, mesmo sob ataques, questionamentos e controvérsias.

O PNLD faz parte de uma política educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo. Trata-se de uma iniciativa de oportunizar a todos os estudantes que frequentam a rede pública de ensino brasileira um subsídio básico em praticamente todas as disciplinas cursadas na escola. O PNLD,

na atualidade, abarca todos os níveis de ensino no Brasil, desde a educação infantil até o ensino médio, bem como Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação no Campo.

São muitas as discussões, polêmicas e pesquisas acerca do emprego do LD como: o conteúdo dos livros, os erros conceituais presentes nas obras, a transposição didática de conteúdos complexos, o caráter mercadológico do programa, o engessamento do professor ao seguir categoricamente os conteúdos propostos, o viés ideológico presente em algumas obras, a perspectiva da formação do professor a partir do LD e também o uso das obras para o planejamento das aulas ao longo do ano letivo (ENGERROFF, 2017).

Neste trabalho vamos dar um destaque temporal ao PNLD, principalmente após o ano 2008, quando o livro de Sociologia passa a ser contemplado no programa. O programa, como está disposto nos moldes mais recentes, tem data de criação em 1985 através do Decreto 91.542, o qual “preconizava a aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública, inovando neste ponto, ao mesmo tempo em que ocultava ser uma política já adotada anteriormente” (ENGERROFF, 2017, p. 46).

Contudo, como frisado anteriormente, o início da relação entre o Estado e o LD, na perspectiva da história, data do Estado Novo (1937-1945), pelo Ministério da Educação, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) pelo decreto-lei nº 93, de 21/12/1937. No ano seguinte, em 1938, foi criada por meio do Decreto Lei nº 1.006, de 30/12/1938, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que tinha competência para dispor sobre as condições de produção, importação e utilização do LD (CASSIANO, 2007, p.19). Ao longo das décadas, a relação entre Estado e o LD sofre ajustes, os quais não serão detalhados aqui, uma vez que este trabalho se propõe a conhecer as últimas duas décadas de atuação do programa.

O PNLD foi sofrendo alterações na vigência da lei e a legislação mais recente é o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Este decreto já é decorrente de reformas recentes como o caso da BNCC, amplia a circulação dos LDs para além da rede de ensino composta pelas escolas públicas de educação básica das redes federais, estaduais, municipais e distrital e passa a incluir às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (BRASIL, 2017).

Dentre os objetivos do programa podemos listar: aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas; democratizar o acesso às fontes de informação e cultura; fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes e apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor. No que concerne às diretrizes do PNLD que refletem nas obras selecionadas, estas devem seguir critérios: de respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; respeito às diversidades sociais, culturais e regionais; respeito à

autonomia pedagógica das instituições de ensino; respeito à liberdade e o apreço à tolerância e por último a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias (BRASIL, 2017).

Conforme mencionado anteriormente, o PNLD contempla todos os níveis de ensino, da educação infantil ao EM. Pela legislação, o programa obedece, na ordem sequencial, as seguintes etapas: inscrição; avaliação pedagógica; habilitação; escolha; negociação; aquisição; distribuição; monitoramento e avaliação. Na etapa da inscrição, o edital - com regras de participação definidas pelo MEC/ FNDE - é lançado para as editoras que tem interesse em produzir. (BRASIL, 2017).

A avaliação pedagógica é coordenada pelo Ministério da Educação (MEC), com base em diversos critérios previstos em edital dentre os quais: coerência e a adequação da abordagem teórico-metodológica; correção e a atualização de conceitos, informações e procedimentos; adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor, dentre outros. Avaliação é realizada por especialistas (BRASIL, 2017).

A partir de 2015, adotou-se a prática da chamada pública para a contratação de universidades responsáveis pela avaliação pedagógica com a indicação de especialistas que compunham a Comissão Técnica dos respectivos componentes curriculares. “Na mesma direção, procedeu-se a mudanças na composição dos pareceristas, que passaram a ser sorteados de um Banco de Avaliadores, constituído por professores de todos os níveis e áreas, com prévia inscrição” (CAIMI, 2018, p. 23). As equipes de avaliação emitirão um parecer das obras; com a aprovação do material didático ou a aprovação condicionada a correção de falhas pontuais ou a reprovação do material didático (BRASIL, 2017).

Após o processo da avaliação pedagógica dos livros, o MEC elabora o Guia de Livros Didáticos, composto pela resenha de todas as coleções que foram previamente aprovadas pela comissão. O Guia de Livros Didáticos é publicado de forma eletrônica. As redes de ensino, cadastradas através do Censo Escolar, devem decidir pela escolha de quais coleções farão uso no seu cotidiano escolar. Compete às escolas e às redes de ensino garantir que o corpo docente da escola participe do processo de escolha democraticamente. Professores e equipe pedagógica devem proceder à análise para selecionar as obras que melhor atendem ao projeto político-pedagógico da escola; ao aluno e ao professor; e a realidade sociocultural das instituições (DI GIORGI *et al.*, 2014, p. 1034).

Após a escolha realizada por professores, o FNDE recebe as indicações e faz o processo de compra dos livros com as editoras, sendo a aquisição realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas

pelos professores (BRASIL, 2021). O FNDE firma contrato com as editoras e informa os quantitativos e as localidades de entrega para as editoras, e os livros então passam a ser efetivamente impressos, com supervisão do FNDE. Após a impressão inicia-se a distribuição dos livros que é realizada diretamente das editoras para as escolas, por meio de um contrato firmado entre FNDE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) (DI GIORGI *et al.*, 2014, p. 1036).

Há ainda uma última etapa do processo que é posterior a distribuição dos livros nas escolas. O FNDE faz visitas e vistorias para monitorar e avaliar o funcionamento do programa, bem como aplica questionários de pesquisas sobre eficiência e eficácia dos livros distribuídos. A etapa de monitoramento e avaliação consiste no controle de qualidade e na supervisão da produção e da distribuição do material didático, no monitoramento das redes de ensino participantes e na avaliação da execução do PNLD (BRASIL, 2017).

O PNLD é executado em ciclos trienais ou quadrienais alternados, ou seja, os LDs distribuídos pelo FNDE são confeccionados com uma estrutura física resistente para que possam ser utilizados por três ou mais anos consecutivos, beneficiando mais de um aluno. A cada ano, o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento que é dividido em: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 5ª série), anos finais do ensino fundamental (6ª a 9ª série) ou EM. Nos intervalos das compras integrais em que um segmento da educação é contemplado, são feitas reposições, por extravios ou perdas, e complementações, por acréscimo de matrículas. Os livros são categorizados em livros consumíveis, que são entregues aos alunos e não requer devolução e os livros não consumíveis que deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes (BRASIL, 2021).

A ampla difusão e reconhecimento do LD com diversas mudanças no percurso do programa o tornaram de notório destaque, pois se trata de uma política de Estado. Sua permanência se consolida a partir da Constituição Federal de 1988 que assegura como dever do Estado para com a educação, programas de acesso ao material didático-escolar. O controle e qualidade dos LDs começam a ser uma preocupação a partir da década de 1990. A partir do ano de 1996, se inicia uma criteriosa avaliação pedagógica dos livros inscritos nos editais, processo este que foi se aprimorando ao longo dos anos (DI GIORGI *et al.*, 2014, p. 1033).

Como parte de uma política pública educacional, o PNLD não deixa de ser visto como uma política social que é altamente influenciada pelo mercado editorial. Atendendo às exigências e demandas estabelecidas na Constituição na estratégia de compra e distribuição dos

LDs, o Estado brasileiro investe uma quantidade significativamente alta em recursos financeiros na compra e distribuição.

Alguns pesquisadores afirmam que como política social, o programa atende a princípios de maior democratização nas esferas de decisão e a sua distribuição beneficia socialmente a população menos privilegiada. Contudo, a participação histórica concentrada em pequenos grupos editoriais privados no processo decisório de oferta dos livros coloca em discussão os objetivos como o alcance de uma política pública com o viés social (MERISSI, 2019, p. 59).

A título ilustrativo, trazemos uma demonstração da grandiosidade do PNLD. Estas informações estão disponíveis no próprio site do FNDE. Escolhemos para demonstrar a cifra financeira investida pelo Estado brasileiro no PNLD de 2022. No exercício de 2021, para uso no ano letivo de 2022, foi feita a primeira aquisição dos LDs para o EM (objetos 1 e 2). Escolhemos o PNLD 2022, pois neste estão inseridos os objetos 1 e 2, nos quais os livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas estão contemplados. Como pode se observar na Figura 2, somente em livros para o EM, o valor investido chega próximo a casa de 900 milhões de reais.

Figura 2 – Dados estatísticos de investimento do FNDE no PNLD 2022 exercício 2021

Etapa de Ensino	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Total de Exemplares	Valor de Aquisição
Educação Infantil	62.454	4.197.306	3.151.794	R\$ 561.090.051,89
Ensino Fundamental - anos iniciais	84.361	11.357.140	67.572.176	R\$ 547.221.466,45
Ensino Fundamental - anos finais	38.099	8.593.056	25.894.621	R\$ 314.964.418,05
Ensino Médio	18.836	6.471.099	109.566.066	R\$ 896.952.236,43
Concurso Literário*	107.215	26.421.295	1.115.037	R\$ 5.301.620,95
		TOTAL	207.299.694	R\$ 1.820.548.793,77

Fonte: FNDE (2023)

Na edição do PNLD 2022, elaborada em 2021, se considerarmos o valor geral para todas as etapas de ensino, demandou um investimento de quase 2 bilhões de reais, sendo que o valor maior de exemplares foi para o EM, totalizando próximo a 110 milhões de exemplares produzidos e distribuídos e uma cifra próxima a 900 milhões de reais. Vale ressaltar que o PNLD 2021 contempla além do EM, a educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e

finais e concurso literário. Os livros novos adquiridos foram apenas para o EM, nas demais etapas foram feitas apenas reposições e complementações nos exemplares. Isso corrobora para as justificativas inicialmente elencadas ao início desta seção, de que o Estado brasileiro é um dos maiores produtores e distribuidores de LDs do mundo, e como citado por Choppin (2004), um caso para exemplificar a tradição e a expressividade na produção nacional do peso considerável que o setor escolar assume na economia editorial.

De acordo com a pesquisadora Célia Cristina de Figueiredo Cassiano (2007), na sua tese de doutorado na qual se debruça a estudar o mercado do LD no Brasil, em uma ampla e abrangente pesquisa, o PNLD brasileiro é um dos mais consistentes e robustos programas de aquisição e distribuição de livros. Para esta autora, o programa brasileiro também é o mais democrático no que diz respeito a participação dos professores na escolha do livro, mesmo considerada a interferência governamental que reflete sobre os livros adquiridos. Além destes fatores, devemos levar em conta a abrangência e distribuição feitas no programa, que contempla a distribuição para o país inteiro, e de forma totalmente gratuita dos LDs, de todas as disciplinas para todos os alunos da educação pública do país, em todos os níveis. Todas estas características conferem uma merecida projeção internacional ao programa (CASSIANO, 2007).

Com essa breve contextualização objetivamos analisar a organização do PNLD e como se dá o funcionamento do programa. De forma breve contextualizamos as etapas deste que é considerado um dos maiores programas de distribuição gratuita de LDs e uma política educacional de Estado assegurado na constituição. Na próxima seção prosseguimos com a abordagem do PNLD, mas em especial dos LDs para o ensino de Sociologia no Brasil e seus aportes pedagógicos.

4.1 O PNLD E OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Vamos discorrer nesta seção sobre o funcionamento do PNLD e as imbricações do livro de Sociologia que passa a ser contemplado no programa há pouco mais de uma década, e quais são os impactos que a circulação ampla do livro passam a ter no espaço escolar. No que concerne aos LDs de Sociologia, a inclusão da disciplina se deu primeiramente no PNLD de 2012. Isso foi possível, graças à reintrodução da disciplina, por força da Lei nº 11.684/2008, que torna obrigatória a disciplina em todo Brasil no EM.

Esta entrada tardia no currículo afeta de forma automática a produção de materiais didáticos específicos, pois até então não havia muito controle quantitativo e qualitativo sobre os livros produzidos. A introdução da Sociologia implica que haveria um redirecionamento de

esforços por parte de editoras e autores para a produção de novos materiais que possam ser submetidos ao processo de avaliação nos editais vigentes (OLIVEIRA, 2013).

Como mencionado anteriormente, o ensino de Sociologia até a entrada da disciplina no PNLD, não tinha LDs para o EM, sistematizados com a chancela do Estado, contemplados em políticas educacionais do LD através do MEC. Tal fenômeno passa a acontecer a partir 2008, quando a Lei nº 11.684/2008 vigora e o PNLD insere a disciplina com distribuição do livro em todo o EM brasileiro. Contudo, mesmo sem a obrigatoriedade da Sociologia no EM, muitos livros foram anteriormente editados e publicados (ENGERROFF, 2017).

Para Meucci (2007, p.5), os primeiros LDs de Sociologia são testemunhos significativos do esforço de constituição do saber sociológico entre nós. Os primeiros livros editados são uma tentativa de sistematização do conhecimento sociológico e foi justamente através destes que os autores elencaram temas, conceitos e problemas da Sociologia empírica e teórica. Além disso, reuniram e apresentaram de forma didática, métodos e procedimentos considerados adequados a análise sociológica. Estes livros então constroem e difundem o novo campo do conhecimento.

Recorrendo ainda a pesquisadora Meucci (2007, p.7), esta considera os primeiros livros parte valiosa no processo de institucionalização da Sociologia, em virtude de que o processo de institucionalização de uma nova disciplina científica é composto por um complexo conjunto de iniciativas destinadas à definição institucional e intelectual desta nova área do conhecimento. Esta institucionalização exige, para a autora, a definição da singularidade dos campos teórico, conceitual e de investigação, e por outro lado, a construção de uma estrutura capaz de permitir a produção e a divulgação do conhecimento. Logo, estes manuais, primeiros livros de Sociologia, foram os que realizaram o processo de reunião, sistematização, e legitimação do conhecimento sociológico. Este processo exige, para Meucci (2007, p. 6), as seguintes definições:

- (a) de um conjunto de questões e temas que serão objeto de investigação, (b) do conjunto de conceitos apropriados para responder às questões singulares do novo campo de conhecimento (c) dos procedimentos adequados à formação dos profissionais da nova área, (d) de um sistema de produção, difusão e legitimação dos trabalhos desenvolvidos sob a chancela da nova disciplina.

Assim, para Meucci (2007), os primeiros livros e manuais sociológicos difundem e constroem o novo campo do conhecimento cumprindo uma função pedagógica e uma função persuasiva, pois ao mesmo tempo que torna compreensível, legitima os conhecimentos e os procedimentos fundamentais para os estudiosos da Sociologia como ciência. Não vamos entrar no detalhamento de obras produzidas ao longo do último século no Brasil, mas sintetizamos os períodos que são considerados marcos divisórios neste estágio de evolução ao longo das

décadas. Para tal cronologia, recorremos à pesquisadora Maiçara que caracterizou os LDs de Sociologia em três gerações.

A primeira geração, a que considera a pioneira dos LDs no Brasil, foi produzida entre as décadas de 1920 e 1940, após a inclusão da disciplina na reforma educacional Rocha Vaz de 1925, no governo de Artur Bernardes, a qual estimulou a produção nacional de manuais e compêndios didáticos em substituição aos estrangeiros. A segunda geração ocorre quando a Sociologia é reintroduzida gradualmente nos currículos das escolas de 2º grau para jovens entre 15 e 17 anos, por iniciativas estaduais, a partir do início dos anos 1980, período de redemocratização do país após a ditadura militar (instaurada com o golpe civil-militar de 1964). Esta segunda geração é caracterizada pelos livros produzidos nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000 (MAIÇARA, 2017, p. 97-121).

Por fim, Maiçara (2017) caracteriza a terceira geração dos LDs, quando estes passam a integrar a política nacional dos livros didáticos no Brasil, resultando na avaliação das obras didáticas e da inclusão da Sociologia no PNLD. Este momento é marcado com a inserção da Sociologia no currículo das escolas, conferindo caráter de padronização e legitimação que impacta decisivamente nas formas como as ciências sociais são transformadas em conhecimento escolar. Além do PNLD, os conteúdos sociológicos são inclusos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a disciplina passa a estar presente como componente curricular na BNCC.

O LD é um dos elementos/objetos que passa a fazer a rotinização da Sociologia no EM, legitimando o ensino da Sociologia no campo acadêmico e na escola, em especial após o período da aprovação da Lei nº 11.684/2008 (BRASIL, 2008), quando todas as escolas passaram a ofertar no seu currículo a disciplina de Sociologia. O fato de ser incluso no PNLD vem reforçar a institucionalidade e a difusão do LD impulsionando o campo de ensino de sociologia. Esta constatação, está explícita na apresentação do primeiro Guia do PNLD 2012, no qual o livro de Sociologia foi incorporado:

São muitas as implicações do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no caso da Sociologia, ainda sem tempo suficiente para consolidar-se como disciplina escolar. Sabemos que o livro não deve se constituir no único material de ensino em sala de aula, mas pode ser uma referência capaz de estimular a curiosidade e o interesse para a discussão, a análise e a crítica dos conhecimentos sociológicos. Isso significa que é tarefa do professor/professora fazer do livro didático um aliado de sua prática pedagógica, adequando-o ao projeto político-pedagógico de sua escola, as suas necessidades, e a de seus alunos (BRASIL, 2011, p. 7)

Ainda na apresentação do Guia 2012 estão presentes as três dimensões que o LD pode atuar na escola pública: política, social e didático-pedagógica. No que concerne ao plano

didático-pedagógico, os preceitos básicos da Sociologia já previstos na OCEM, que são os de estranhar e desnaturalizar a vida social em que os alunos estão inseridos, está presente. No plano social, o LD representa para uma boa parcela dos estudantes a única oportunidade de acesso a um bem cultural. E no plano político, a distribuição do LD de forma gratuita pode contribuir para a melhoria no ensino na escola pública (PNLD, 2011).

Ao se referir aos preceitos de estranhar e desnaturalizar, previstas nas OCEM, se espera que, com o auxílio do LD, o professor logre êxito ao provocar os alunos para o desenvolvimento de suas capacidades de questionar os fenômenos sociais. Ao tratar destes quesitos, as OCEM – ensino de Sociologia – ponderam que:

Entende-se que esse duplo papel da Sociologia como ciência – desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais – pode ser traduzido na escola básica por recortes, a que se dá o nome de disciplina escolar. Sabemos, mas sempre é bom lembrar, que os limites da ciência Sociologia não coincidem com os da disciplina Sociologia, por isso falamos em tradução e recortes. Deve haver uma adequação em termos de linguagem, objetos, temas e reconstrução da história das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem dos jovens – como de resto se sabe que qualquer discurso deve levar em consideração o público-alvo (BRASIL, 2006, p. 107).

A referência ao processo de rotinização, conceito cunhado por Meucci (2000), é entendido e desenvolvido por Engerroff (2017, p. 34), como “um processo de formação de uma comunidade científica e de um quadro institucional a partir do qual é possível uma nova ciência ser produzida, sobre bases duráveis”. Deste modo, os LDs participaram deste processo de formação e ampliação de uma comunidade científica, legitimando-a no contexto brasileiro e possibilitando que a Sociologia fosse institucionalizada. A partir do momento da introdução da Sociologia no currículo, de forma obrigatória, há ampliação das pesquisas que tratam sobre o ensino de Sociologia, do próprio LD, de seminários e congressos que tratam sobre a Sociologia no EM, ou seja, a formação de uma comunidade científica envolta a esta área de pesquisa.

Para Maçaira (2017, p. 114), o PNLD, a inserção da Sociologia em 2012, está intrinsecamente relacionada ao processo de sua recontextualização pedagógica da Sociologia para o EM no Brasil. Complementa que: “desde a elaboração do edital até a disponibilização do resultado final com as obras aprovadas, o processo é permeado por elementos indicadores da recontextualização pedagógica da Sociologia como campo científico para uma disciplina escolar”.

O processo de avaliação dos LDs por disciplinas é coordenado pelo MEC, porém é feito sob a responsabilidade das universidades federais. Deste modo, listamos que o PNLD 2012 de Sociologia ficou sob responsabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); PNLD de 2015 sob a responsabilidade da Universidade Federal do Paraná (UFPR); a

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) responsável pelo PNLD 2018 e a Universidade Federal de Alagoas pelo PNLD 2021.

A partir de então, o LD passa a ser uma espécie de bússola para os professores que tenham ou não formação na área, oferecendo um aporte mínimo para o planejamento das aulas e para servir como uma espécie de guia para balizar os conteúdos a serem trabalhados com os alunos. O livro passa a ser o instrumento oficial, legitimado e concreto, que faz parte da rotina e ganha o caráter formativo como programa de curso e direcionamento de atividades (CAVALCANTE; SILVA, 2015).

O LD, como mencionado anteriormente, pode ser empregado como um suporte norteador, determinando aos professores quais conceitos, teorias que podem ser abordadas, temas, recursos e metodologias e direcionamento podem ser contextualizadas nas aulas. Como ferramenta pedagógica, pode servir como uma espécie de guia da transposição didática, transpor um discurso científico a uma compreensão de mais fácil assimilação, adequada à linguagem do EM, ampliando deste modo, as potencialidades para os professores. Além do livro do estudante, o PNLD oferta o manual do professor, tendo a função de situar o docente na abordagem dos conteúdos, direcionar orientação à prática pedagógica, oferecer possibilidades de dinamização e sugerir atividades (CAVALCANTE; SILVA, 2015).

Apesar de algumas relutâncias e resistências ao uso do LD, por parte de alguns professores, “o livro didático assume especial importância para a legitimação da disciplina escolar e do campo científico, uma vez que ele participa da trajetória do ensino de sociologia no Brasil, embora esta, por sua vez, seja marcada pela intermitência” (ENGERROFF, 2017, p. 24).

Permeando as discussões anteriormente descritas, ainda segundo o próprio PNLD, a Sociologia enfrenta uma série de obstáculos quando se trata da mediação entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar. Um desses obstáculos é a simplificação de teorias e conceitos, pois a própria natureza das ciências sociais se caracteriza pelo embate permanente entre concepções teóricas distintas. A reificação dos conceitos pode ser tratada como um dos maiores desafios na transposição didática do conhecimento escolar da Sociologia (PNLD, 2014).

Além da transposição didática, outra variante desafiadora no ensino da Sociologia é a interdisciplinaridade das Ciências Sociais, no caso a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia. Uma alternativa é apresentar o conteúdo em três partes, destacando-se os conceitos, temas e teorias de cada área. Contudo, corremos o risco de reproduzir a divisão tal e qual os cursos de graduação de Ciências Sociais das universidades, renunciando ao tratamento dessas

três áreas de maneira interdisciplinar a partir de temas. Outro modo, que pode ser pertinente é apresentar, por meio de algumas temáticas, autores que contemplem as três áreas, o que pode acabar se expressando de forma desequilibrada entre áreas, com preponderância de uma em detrimento das demais, correndo-se o risco de dar o tratamento superficial a alguns temas e conceitos de estudo (PNLD, 2014).

Ainda, segundo o próprio guia do PNLD do ano de 2015, há uma outra questão mais profunda, que é uma das facetas das Ciências Sociais, no que se trata a compreensão das diferentes tradições teóricas, com “consequências epistemológicas e políticas muito diferentes e que são legítimas nesse campo. Entretanto, a solução para isso requer uma vigilância epistemológica e cuidados com uma suposta ‘neutralidade’ possível” (PNLD, 2014, p. 13). Ou seja, requerer vigilância epistemológica constante por parte do ensino, da docência e da elaboração até mesmo do LD. A tentação pela simplificação e a extração de mensagens comportamentais do estudo de conceitos e de teorias “assim como o ecletismo no tratamento de concepções teóricas diversas e divergentes entre si para justificar uma suposta neutralidade devem ser superados, pois ainda aparecem em textos acadêmicos e didáticos” (PNLD, 2014, p. 13).

Na primeira edição da Sociologia no PNLD (2012) foram 14 obras inscritas e apenas 2 aprovadas. Já na segunda edição, em 2015, 13 obras foram inscritas e 6 aprovadas. Isso demonstra, para Oliveira (2015, p. 283), uma melhoria no processo de produção dos LDs da área de Sociologia demonstrando um maior esforço por parte de autores e editoras na produção desta ferramenta, bem como um processo de adequação dos livros a um determinado modelo de produção, apesar dos impasses existentes acerca do ensino de Sociologia e de sua intermitência na permanência do currículo. Ainda haveria alguns empecilhos a serem superados no que se refere à mediação pedagógica, entre os quais pode se citar o reducionismo das teorias, a falta de diálogo entre as áreas de antropologia, sociologia e ciência política e a não operação com os conceitos.

Há um considerável avanço a cada edição do PNLD em que o livro de Sociologia faz parte. Para Oliveira e Cigales (2015), ao se debruçarem em uma análise sobre as seis obras aprovadas pelo PNLD 2015 (um número maior se comparado ao PNLD de 2012) houve uma melhoria no processo de produção dos LDs da área de Sociologia, uma consequência do impacto da política pública, refletindo em um maior esforço por parte de autores e editoras para melhorarem tais materiais. Além disso, segundo os autores, esse dado pode indicar ainda um processo de adequação dos livros a um determinado modelo de produção do LD, processo em

curso em um cenário no qual as políticas públicas têm impactado diretamente na produção dos livros.

Recorrendo ainda a Oliveira e Cigales (2015, p. 283), três pontos merecem destaque pela relevância na produção dos LDs:

(i) há uma mudança sensível no perfil da produção dos livros didáticos de Sociologia no período recente, de modo que estes têm se apresentado principalmente como obras coletivas, originários dos esforços de um conjunto de professores/pesquisadores que possuem referenciais teóricos e metodológicos nem sempre completamente convergentes, o que refletirá na concepção de pesquisa presente nesses trabalhos; via de regra, trata-se de profissionais formados em centros de excelência, em sua maioria mestres e doutores na área das Ciências Sociais, e boa parte deles possui alguma experiência com a Educação Básica e/ou na formação de professores; (ii) há uma clara concentração dos livros aprovados em um grupo restrito de editoras que são, em sua maioria, grandes conglomerados do mercado editorial, de tal modo que contam com uma grande equipe técnica, de supervisão e revisão, com destaque para um forte investimento na parte gráfica; sendo assim, podemos compreender que os livros são resultados de um esforço coletivo num sentido ainda mais amplo do termo; (iii) dada a centralidade do PNLD para a comercialização dos livros didáticos, podemos inferir que está em curso a consolidação de um modelo de construção do livro didático de Sociologia no Brasil que se norteia principalmente a partir do edital de seleção, todavia isso não implica dizer que não haja pluralidade nesse conjunto.

Ao visitarmos o Guia de livros didáticos: PNLD 2015: sociologia: ensino médio (2014, p. 9) encontramos critérios específicos estabelecidos para a área de Sociologia, critérios estes que segundo o guia são norteados por princípios que vem sendo pouco a pouco consolidados na disciplina escolar Sociologia. São listados em cinco princípios balizadores: a interdisciplinaridade das Ciências Sociais; o rigor teórico e conceitual; a mediação didática; a apreensão do conhecimento sociológico pelo aluno; a autonomia do trabalho pedagógico do professor. Com relação aos critérios foram relacionados sete:

- 1 - Critérios de legislação, ou seja, se o livro respeita as legislações como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 2 - Critérios teóricos conceituais – se os livros zelam pelo rigor na apresentação de conceitos e paradigmas teóricos do campo das Ciências Sociais tanto dos clássicos como dos contemporâneos;
- 3 e 4 - Critérios didático-pedagógicos, subdivididos em conteúdos e atividades/exercícios. No que se refere a conteúdo; avaliação da linguagem, dos argumentos e das estratégias usadas para realizar a mediação entre o conhecimento científico e o saber escolar. Nas atividades e exercícios se observa o potencial de estimular diferentes capacidades e a coerência com a abordagem;

- 5 - Critérios de avaliação de imagens (fotos, ilustrações, gráficos, tabelas e mapas). Observada a capacidade de fato de as imagens auxiliarem na aprendizagem, bem como identificação de suas fontes e créditos, clareza na impressão, e que não vinculem estereótipos de qualquer natureza;
- 6 - Critérios de editoração e aspectos visuais. Observado os cuidados com a ortografia, referências de fontes documentais, a coerência e o projeto gráfico devem favorecer a aprendizagem e facilitar o manuseio do livro pelo estudante;
- 7 - Manual do professor. Se cumpre o objetivo de orientar acerca dos pressupostos que fundamentaram a elaboração do livro e das possibilidades de seu uso, com sugestões adicionais que qualificam a aula, respeitando a autonomia docente.

O PNLD de 2018 foi elaborado em 2017, mesmo ano do decreto presidencial da reforma do EM, Lei 13.415 de 2017, com um total de cinco obras aprovadas do LD de Sociologia de um total de doze inscritas no edital de seleção. Na data de elaboração do PNLD, a nova BNCC ainda não havia sido homologada para o nível do EM. A versão da BNCC que abarca a implantação do novo EM foi homologada em sua completude em 14 de dezembro de 2018. Este foi o último PNLD em que o livro de Sociologia foi contemplado como disciplina, uma vez que com a lei do NEM, promovida por meio de decreto presidencial que modifica a estrutura curricular do EM, retira-se a Sociologia como disciplina obrigatória e passa a ser tratada como um saber transversal, com “estudos e práticas” (ENGERROFF, 2017).

O Guia do PNLD 2018 de Sociologia considera exitosos os avanços galgados em comparação a edições anteriores. Avanços no sentido de oferecer um LD que o professor possa utilizá-lo da maneira que mais se adeque ao seu trabalho pedagógico em sala de aula, bem como permitir aos estudantes terem contato com o conhecimento sociológico por meio de diversas estratégias didáticas que possam levá-lo a atribuir significado aos conteúdos e temas sociológicos (PNLD, 2017).

Contudo, no próprio Guia do PNLD, são apontadas quatro lacunas que ainda persistiam na elaboração dos LDs daquela edição. A primeira lacuna diz respeito a linguagem adotada nos livros:

Embora os livros aprovados tenham obtido resultados satisfatórios, são notáveis as dificuldades ainda observadas no geral das propostas, o que certamente tem a ver com a pouca tradição da disciplina escolar, mas também com a própria formação dos professores nos cursos de Licenciatura que ainda carecem de iniciativas e práticas mais voltadas à formação docente (PNLD, 2017, p.14).

A segunda lacuna diz respeito ao tratamento dado às três áreas das Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Segundo aponta o guia, ainda se verificava naquela

edição um desequilíbrio entre estas três áreas com claro predomínio da área de Sociologia. A terceira lacuna diz respeito “às seções dos livros dedicadas às atividades didáticas, com exercícios, atividades e sugestões de complementação do conteúdo”, estratégias inovadoras e criativas foram verificadas, mas que esbarram na carência da infraestrutura mínima das escolas públicas brasileiras como recursos audiovisuais, salas de tecnologias etc. E por fim, a quarta lacuna versa sobre dimensão propriamente social do LD, uma vez que o Brasil tem dimensões territoriais expressivas e as diversidades culturais, regionais e principalmente rurais não estão representadas nos LDs (PNLD, 2017, p. 15).

A partir de 2021, os conteúdos didáticos de Sociologia passam a constar nas obras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (objeto 2)², seguindo abordagem teórico-metodológica coerente com a BNCC e com o NEM. A área do conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) no PNLD, cujo processo de escolha ocorreu em 2021 e a distribuição das obras para uso no ano de 2022, apresenta 14 coleções, sendo que cada livro contém seis volumes, um LD para cada semestre do NEM.

Vale ressaltar que, segundo o próprio Guia do PNLD 2021:

Na arquitetura da nova matriz curricular, as Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento se destinam à etapa da Formação Geral e são compostas por seis volumes autocontidos (ou seja, que não são sequenciais). No contexto das CHSA, compreendem de maneira integrada os conhecimentos de Filosofia, Geografia, História e Sociologia e podem ser utilizadas em qualquer ano do Ensino Médio. Seus níveis de complexidade e de progressão da aprendizagem permitem percursos didáticos flexíveis e usos variados (PNLD, 2021, p.21).

A partir do PNLD de 2021, os livros foram requisitados a apresentar propostas inovadoras de ensino-aprendizagem orientadas pela BNCC, todas as obras deviam ser elaboradas a partir do eixo da interdisciplinaridade, “como se pressupõe pela complexidade do desafio de integrar os saberes relativos aos componentes ao mesmo tempo em que respeita as particularidades disciplinares, permitindo outras formas de potencializá-los a partir da sua integração” (PNLD, 2021, p. 21). Esta inserção da interdisciplinaridade permitiu, segundo o Guia, “que os conhecimentos filosóficos, históricos, geográficos e sociológicos se apresentem contextualizados e articulados, criando uma espécie de identidade para tais obras”.

A nova matriz curricular, portanto, é orientada pela BNCC, tendo como princípio a abordagem interdisciplinar por área de conhecimento e não por componente curricular e o

2 A partir do edital do PNLD de 2021 as obras para o ensino médio passaram a ser divididas em cinco tipos, correspondentes aos cinco objetos previstos no edital: Objeto 1-Obras didáticas de Projetos (Integradores e de Vida); Objeto 2 – Obras didáticas das áreas de conhecimento e específicas; Objeto 3 – Obras de formação continuada; Objeto 4 – Recursos digitais e Objeto 5 – Obras literárias (BRASIL, 2021).

trabalho por meio de metodologias ativas, com enfoque no desenvolvimento de competências e habilidades. Esta nova matriz divide em duas etapas o EM, na formação geral comum a todos os estudantes - que propõe uma abordagem interdisciplinar por área do conhecimento bem como o trabalho com o conhecimento aplicado; e nos itinerários formativos - congregado em diferentes arranjos curriculares organizados em torno de uma ou mais áreas de conhecimento, as quais os estudantes podem optar, segundo seus interesses e as possibilidades dos sistemas de ensino (PNLD, 2021).

É interessante observar a guinada ao capital que a reforma do EM (Lei 13.415/2017) realiza, sob o prisma funcionalista da educação. Isso se observa no próprio Guia do PNLD, que faz a constatação pelo alinhamento do Brasil ao movimento internacional de vinculação entre políticas voltadas à educação e ao desenvolvimento econômico. Um conjunto de países, entre eles o Brasil, acolheu a ideia difundida a partir dos Estados Unidos, de que também a educação, em seus diferentes âmbitos, precisaria ser observada em sua dimensão produtiva, econômica (PNLD, 2021). Dissertaremos na próxima seção sobre a reforma do EM com mais detalhes e precisão.

Um compilado de informações sobre os LDs com todas as obras de Sociologia que compõem o programa desde a sua primeira edição está relacionado a seguir. O Quadro 2 explicita um levantamento das obras de Sociologia selecionadas em cada PNLD e a editora responsável pela publicação.

Quadro 2 – Livros didáticos de Sociologia em diferentes edições do PNLD

PNLD 2012	
Obras Escolhidas	Editora
Sociologia para o Ensino Médio	Saraiva
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Editora do Brasil
PNLD 2015	
Obras Escolhidas	Editora
Sociologia para o Ensino Médio 3ª Edição	Saraiva
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia 2ª Edição	Editora do Brasil
Sociologia	Scipione
Sociologia em Movimento	Moderna
Sociologia Hoje	Ática
Sociologia para jovens do século XXI	Imperial Novo Milênio
PNLD 2018	
Obras Escolhidas	Editora
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia 3ª Edição	Editora do Brasil
Sociologia 2ª Edição	Scipione
Sociologia em Movimento 2ª Edição	Moderna
Sociologia Hoje 2ª Edição	Ática
Sociologia para jovens do século XXI 4ª Edição	Imperial Novo Milênio
Reforma do Novo Ensino Médio - Sociologia Integrada na Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Cada livro composto por seis volumes	
PNLD 2021	
Obras Escolhidas	Editora
Humanitas.Doc	Saraiva
Conexões – Ciências Humanas e Sociais Aplicada	Moderna
Interação Humanas	Editora do Brasil
Multiversos - Ciências Humanas	FTD
Conexão Mundo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Editora do Brasil
Prisma - Ciências Humanas	FTD
Ser Protagonista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	SM
Módulos Para O Novo Ensino Médio - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Editora AJS
Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Palavras
Diálogos Em Ciências Humanas	Ática
Contexto e Ação	Scipione
Diálogo – Ciências Humanas e Sociais Aplicada	Moderna
Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Moderna
Identidade Em Ação – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Moderna

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

De forma breve, podemos fazer uma reflexão sobre as obras selecionadas e mencionadas no quadro anterior e das editoras que se especializaram na produção do livro de Sociologia. Uma delas é a concentração editorial em um grupo pequeno de editoras, sendo a Editora do Brasil participante em todas as edições com obras selecionadas. As editoras Saraiva, Scipione, Moderna e Ática tem participação em, pelo menos, três edições do PNLD. Editora Imperial Novo Milênio tem participação em duas edições e FTD, SM, Editora AJS e Palavras figuram apenas no PNLD de 2021. Isso reforça a abordagem anterior de Oliveira e Cigales (2015, p.

283), que “há uma clara concentração dos livros aprovados em um grupo restrito de editoras que são, em sua maioria, grandes conglomerados do mercado editorial”.

Outra constatação que podemos realizar é de que, nas três seleções do PNLD que contemplaram a disciplina de Sociologia (2012, 2015 e 2018), apenas seis livros foram aprovados pelas comunidades epistêmicas que formaram as equipes de avaliação. De todos os livros, todos tiveram um mínimo de duas aprovações, com exceção da obra *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (da Editora do Brasil), que teve as suas três edições recomendadas. A cada edição do PNLD, o próprio guia traz um conjunto de críticas que instigam os autores a revisarem as edições futuras, ou seja, à medida que as edições foram publicadas, melhorias foram sugeridas e seus autores assim o seguiram de forma que as obras tiveram mais de uma edição aprovada (SOUSA NETO, 2021).

Com este capítulo procuramos contextualizar e dissertar sobre a organização do PNLD, o programa no seu contexto em geral bem como, e em especial, dos LDs para o ensino de Sociologia no Brasil sua trajetória e como este foi se organizando. Este é um processo que entendemos de fundamental valia para compreensão de como esta trajetória foi se configurando, suas nuances e suas reconfigurações de acordo com cada nova edição em que os LDs de Sociologia foram contemplados. O processo tinha uma sequencialidade até a edição do ano de 2018. A partir de 2021 o PNLD sofre a reconfiguração e os livros de Ciências Humanas e Sociais aplicadas são editados, encerrando um ciclo de curta duração para os livros de Sociologia no PNLD.

5 O NOVO ENSINO MÉDIO (NEM) E AS PROPOSIÇÕES DA BNCC PARA A ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Como apresentado anteriormente, a aprovação e implantação do NEM através da Reforma do Ensino Médio Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) vai trazer várias nuances e implicações. Para alguns pesquisadores, há avanços no sentido de um ensino mais moderno e atendendo a expectativas de jovens que cursam o EM nativos na tecnologia, pós ano 2000; para outros pesquisadores e educadores, há motivo de preocupação pelo viés tecnicista e mercadológico da educação que esta reforma poderá emplacar.

Muito tem se discutido sobre a implantação do NEM, sobre os dilemas que envolvem o processo de ensino e aprendizagem nesta etapa de ensino, oscilando, ora para o tecnicismo, ora para o humanismo. Ao refletir sobre a implantação do NEM, a pesquisadora Nancy Pinto do Vale pondera que os alunos tinham dificuldades em atribuir sentido aos conteúdos apresentados, sendo um ensino extremamente conteudista e muito preso a temáticas ligadas ao acesso ao ensino superior. Considera que, em sua pesquisa observou que vários estudos trazem à tona a “decepção e baixo interesse dos jovens pelo ensino médio” (VALE, 2022, p. 141). Ainda para a pesquisadora, os alunos entendem que o EM é um tempo de preparação para prosseguir com os estudos e ao mesmo tempo agregar elementos para a formação profissional, como uma possibilidade de ampliar as oportunidades dos jovens após a conclusão desta etapa escolar.

De outro ponto de vista, podemos encontrar argumentos que colocam em questionamento a lei da Reforma do Ensino Médio. Ferretti (2018), por exemplo, concorda que é correta a avaliação de que há uma baixa qualidade na oferta do EM no Brasil o que justificaria torná-lo mais atrativo aos alunos em função da evasão e de índices de reprovação. Contudo, é uma visão totalmente equivocada atribuir o abandono e a reprovação somente a organização escolar. Muitos outros aspectos podem ser mencionados, como a infraestrutura muito defasada nas escolas, falta de dedicação exclusiva dos professores a uma única escola e um planejamento de carreira mais robusto, além de que muitos jovens abandonam a escola para auxiliar na renda familiar, vivenciam a violência familiar e na escola e gravidez na adolescência, falta de diálogo com os professores, dentre outros.

Outro ponto de vista a ser levado em consideração por Ferretti (2018) é a exclusão como obrigatórias das disciplinas de Sociologia, Filosofia, Educação Física e Artes e que passam a ser tratadas como “estudos e práticas”, em uma definição fluida do que seria o ensino destas

disciplinas. Para Ferretti (2018, p. 37): “tal exclusão representa uma forma de flexibilização quantitativa na medida em que restringe o mercado de trabalho para professores que atuam nessas disciplinas”. Logo, isso pode significar a precarização tanto das oportunidades de trabalho como de sua natureza.

Faremos neste trabalho uma abordagem breve sobre os aspectos da BNCC que contempla a estruturação do NEM. Antes de adentrarmos na BNCC cabe explicar sobre a lei nº 13.415/2017 que dispõem sobre o NEM. É de grande relevância lembrar o contexto de aprovação desta lei. Podemos acompanhar nos últimos anos, a ascensão de uma perspectiva conservadora intensificada após o *impeachment* de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) e a chegada à presidência do seu vice, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A partir deste momento histórico, uma agenda neoliberal de associação aos interesses de mercado ganhou força. A reforma do EM, inicialmente conhecida como Medida Provisória 746/2016, tornou-se a Lei 13.415/2017 após a aprovação no Congresso Nacional, constituindo-se num ato do governo federal alinhado às tendências liberais (FERREIRA; SANTANA, 2018).

A lei aprovada no governo do presidente Michel Temer é alvo de muitas críticas, a começar pelo uso de medida provisória como instrumento de mudanças estruturais em políticas públicas, expondo um governo com muitas dificuldades de diálogo para com a sociedade. Esta é uma das faces antidemocráticas da reforma do EM. Na oportunidade de sua aprovação pelo Congresso Nacional, de forma rápida, não houve tempo para ampla discussão com professores, estudantes, profissionais da área da educação para avaliar os impactos desta mudança em um cenário a longo prazo. Cabe lembrar também que esta reforma foi aprovada em um cenário de corte de gastos e investimentos na área da educação por vinte anos, com a Reforma conhecida como “PEC do Teto de Gastos” (FERREIRA; SANTANA, 2018).

As tentativas de tornar a reforma amigável à população se resumiram à publicidade oficial do governo:

O recurso utilizado para tentar aproximar a população da reforma consistiu na disseminação de propagandas que cultivaram principalmente a expectativa de desengessamento do ensino médio e o suposto ganho de autonomia do estudante. Aplicou-se, ainda, o discurso do caos para justificar as mudanças aceleradas impostas pelo governo, explorando ao máximo informações sobre os problemas existentes nesta etapa de ensino, como o alto índice de evasão e o baixo desempenho dos alunos em avaliações padrões nacionais (FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 44).

Dentre as mudanças significativas que a Lei do NEM propõem listamos: a flexibilização curricular, na qual uma parte do currículo seja definida pela BNCC, enquanto a outra parte deve ser composta por itinerários formativos, os quais permitem aos estudantes escolherem áreas de

estudo específicas, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, de acordo com seus interesses e objetivos profissionais; mudanças na carga horária do EM de 800 para 1.000 horas anuais; ênfase em competências e habilidades, sendo a BNCC quem define as competências e habilidades a serem desenvolvidas em todas as áreas de conhecimento; a lei prevê a oferta também do EM integrado ao ensino técnico, permitindo que os alunos estudem disciplinas gerais juntamente com disciplinas técnicas e promove a expansão da oferta de educação integral no EM, buscando uma maior integração entre o currículo e atividades extracurriculares (BRASIL, 2017).

A Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) altera a LDB, texto de 2016, substituindo o modelo único de currículo do EM por um modelo diversificado e flexível estabelecendo que:

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2017).

Segundo texto da BNCC, esta nova estrutura do EM, além de reforçar a organização por áreas do conhecimento, prevê a oferta de vários itinerários formativos seja, para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação profissional e técnica. Deste modo, esta nova estrutura adota a flexibilidade como princípio da organização curricular, e justifica que com esta inovação permite “a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do protagonismo juvenil” (BRASIL, 2019, p. 468).

As competências gerais, estabelecidas para a Educação Básica, orientam também as aprendizagens no EM - tanto as aprendizagens essenciais definidas pela BNCC, quanto aquelas relativas aos diferentes itinerários formativos - cujo detalhamento é prerrogativa dos diferentes sistemas, redes e escolas, conforme previsto na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017). As aprendizagens essenciais definidas na BNCC do EM foram organizadas por áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A BNCC justifica, que a organização por áreas do conhecimento tem por finalidade a integração de dois ou mais componentes do currículo, para melhor compreender a realidade complexa e atuar nela (BRASIL, 2019, p. 469).

A organização curricular pode ser melhor entendida observando a Figura 3.

Figura 3 – Competências Gerais da Educação Básica



Fonte: Base Nacional Comum Curricular (2019, p. 469)

Vale ainda ressaltar que, na BNCC, para cada área do conhecimento, são definidas competências específicas que também devem orientar a proposição e o detalhamento dos itinerários formativos relativos a essas áreas. Para cada competência específica estão relacionadas habilidades a serem desenvolvidas ao longo da etapa, além de habilidades específicas de Língua Portuguesa e Matemática, que são os dois componentes obrigatórios durante os três anos do EM. Estas habilidades da BNCC foram definidas tomando-se como referência o limite de 1.800 horas do total da carga horária da etapa. Sendo assim, as competências e habilidades constituem a formação geral básica. Logo, os currículos do EM são compostos pela formação geral básica em articulação com os itinerários formativos com 1.200 horas, formando um todo indissociável (BRASIL, 2019, p.469).

No texto da BNCC ainda está definido que na formação geral básica, os currículos e as propostas pedagógicas devem garantir as aprendizagens essenciais definidas na Base. Deve-se, portanto, contemplar sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de Sociologia e Filosofia (BRASIL, 2019, p.476).

Temos então, nesta versão final da BNCC, cujo texto foi aprovado em definitivo em 2019, as disciplinas dissolvidas em áreas do conhecimento – permanecendo somente Português

e Matemática como disciplinas autônomas – de tal forma que o currículo fica organizado a partir das competências indicadas como necessárias para o desenvolvimento dos alunos do EM.

Surgem então, a partir da versão final da BNCC, muitas incertezas no ensino de Sociologia no EM, depois de um período de quase uma década de continuidade na educação básica. Para Ferreira e Santana (2018, p. 51):

Todo o avanço conquistado em torno das práticas de ensino, com a construção de um repertório significativo de experiências, recursos e livros didáticos que facilitam a recontextualização dos conteúdos de uma linguagem acadêmica para o estudante do ensino médio, pode sofrer uma interrupção que influenciará a estabilidade e a afirmação necessárias ao desenvolvimento da disciplina.

Ao abordar as fragilidades das Ciências Sociais no atual contexto político educacional a partir da BNCC do EM brasileiro, e em especial ao ensino do Estado de Santa Catarina, Pelegrini (2018), realiza o questionamento “será o fim da disciplina de Sociologia na Educação Básica?” expressando sua preocupação principalmente com a redução na carga horária da disciplina na grade curricular da rede estadual de ensino. Conforme a autora, na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina do ano 2014, a carga horária da disciplina de Sociologia consistia em cinco aulas para o EM, sendo duas aulas no 1º ano, duas aulas no 2º ano e uma aula no 3º ano. Frente a esta carga horária já se demonstrava um quadro deficitário. Pelegrini (2018, p. 3) complementa:

Diante da dificuldade de vencer os conteúdos pelo número reduzido de aulas, os docentes necessitam fazer malabarismos para dar conta da demanda. O número reduzido de aulas, atualmente é um problema, porém, em um futuro próximo, com as novas mudanças políticas e educacionais, o que poderá se desenhar é a fragmentação e diluição e até mesmo a possibilidade de extinção da disciplina de Sociologia.

O que ficou evidente, com a construção do Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio (CBTCEM), foi que as preocupações da autora se concretizaram, não na exclusão da disciplina no currículo catarinense, mas uma significativa redução na carga horária. Na matriz do NEM em Santa Catarina, o Ensino de Sociologia permaneceu com duas aulas semanais no 1º ano, uma aula no 2º ano, diminuindo uma aula semanal, e permanecendo uma aula no 3º ano, portanto, no 2º ano, houve uma redução de 32 horas anuais. Desta forma, totalizando 128 horas anuais da disciplina de Sociologia em toda a Formação Geral Básica na nova matriz curricular catarinense implantada a partir do ano de 2022, em acordo com a nova BNCC (PELEGRINI, 2018, p. 10).

A respeito da aprovação da Lei 13.415/2017, de acordo com Ferreira e Santana (2018), revelou-se um projeto educacional com pouca discussão com a sociedade e permeada pela aprovação frente a fortes interesses mercadológicos e de tendências políticas conservadoras, e

neste contexto, a Sociologia mais uma vez foi uma das áreas mais afetadas com esta lei, com redução de carga horária nas estruturas curriculares. A reforma do EM colocou a Sociologia à margem do protagonismo curricular, lembrando a história da disciplina na educação básica, marcada por avanços e retrocessos.

A forma apressada com que foi aprovada a lei do NEM foi alvo de críticas também no ambiente acadêmico. A reforma foi divulgada com antecedência à aprovação da BNCC. O NEM e a BNCC tem forte ligação, uma vez que para o ensino no nível médio, precisa da base nacional para direcionar as diretrizes do que deve ser estudado. Uma das instituições que emitiu parecer crítico aos contornos que a BNCC tomou na época de sua elaboração foi a Comissão Permanente de Formação de Professores da UNICAMP (UNICAMP, 2017).

Este manifesto publicado em setembro de 2017, faz críticas a cinco pontos considerados divergentes na elaboração da nova BNCC: sobre o processo de discussão e elaboração da versão final, os interesses subjacentes à aprovação da BNCC, os reflexos na autonomia dos sistemas de ensino, das universidades e na soberania, bem como os efeitos na vida das escolas, dos professores e dos alunos (UNICAMP, 2017).

No item que versa sobre os interesses subjacentes à aprovação da BNCC, o documento faz críticas à redução da gestão da Educação às funções definidas pela BNCC, sendo que a Base se desvincula dos documentos definidores de uma efetiva política pública em prol do direito à educação no país. Além disso, traz a preocupação do alinhamento à homogeneização que privilegia as ações em massa, em especial aquelas que barateiam produtos que serão comercializados pelo mercado editorial. Os diagnósticos e avaliações provêm de grupos empresariais e desconsideram sistematicamente a expressiva produção acadêmica dos numerosos programas de pós-graduação e centros de pesquisas que há décadas aprofundam esse debate no Brasil (UNICAMP, 2017).

Ao tratar sobre os efeitos na vida das escolas, dos professores e dos alunos, versa sobre a preocupação com a volta da lógica conteudista, imperando a estratégia da transmissão de conteúdos e não da formação do sujeito/cidadão. A esta variável acima mencionada, soma-se a preocupação com o que o documento chama de incompatibilidade pedagógica entre os textos presentes nas competências gerais da BNCC e em cada área do conhecimento, em relação às suas respectivas habilidades:

As competências são propostas a partir da compreensão dos conhecimentos como construções históricas para explicar o mundo físico, social e cultural. Contraditoriamente, as habilidades estão estruturadas em conteúdos limitados e restritos, dificultando a promoção de debates, e apresentando os objetos de conhecimento sem considerar que os saberes são construídos historicamente e estão em constante modificação (UNICAMP, 2017).

Outra preocupação externada com o manifesto trata sobre a produção de material didático que são distribuídos nas escolas através do PNLD, que tem como baliza a BNCC, a qual dificulta, segundo o texto, a elaboração e a oferta de materiais didáticos diversificados entre si e que privilegiem as realidades locais. De acordo com o texto:

No último edital do PNLD, duas mudanças trazem um cenário ainda menos favorável: a) uma nova comissão indicada pelo MEC validará ou não o parecer das equipes especialistas, formadas sob a supervisão de universidades públicas, interferindo diretamente no trabalho técnico realizado há duas décadas; b) poderão concorrer aos processos de licitação materiais apostilados, elaborados por sistemas de ensino de natureza mais massificada e diretiva. Considerando tais mudanças bem como a vinculação dos materiais didáticos aos interesses de mercado, que visam à aprovação no PNLD, o prescrito na Base rege o trabalho cotidiano do professor, definindo o que deverá ser ensinado e aprendido, por meio dos materiais que lhes chegarão às mãos (UNICAMP, 2017).

Ou seja, há uma perda da autonomia da equipe de especialistas que são formadas pela supervisão das universidades públicas, bem como a inserção de materiais apostilados, o que pode caracterizar uma desconfiguração do próprio PNLD. Desta feita, o currículo será o definido pelos materiais didáticos e por um conjunto de conteúdos padronizados o que afetará diretamente o planejamento autônomo, diferenciado e inventivo através de reflexões conduzidas democraticamente no ambiente escolar (UNICAMP, 2017).

Outra questão pertinente que não foi observada com a devida atenção na elaboração do NEM trata da aplicação do ENEM. Uma vez que os itinerários formativos ficam a cargo da definição de cada Estado da Federação, não há uma grade homogênea a todos os estudantes que realizam a prova do ENEM. O pesquisador e árduo defensor da revogação do NEM, Daniel Cara, em entrevista recente é enfático ao afirmar que:

O Exame Nacional do Ensino Médio só pode ser pautado pelo que é comum a todos os estudantes brasileiros. E o que é comum é a Formação Geral Básica (FGB). Se à FGB é absurdamente imposto um limite de 1800 horas, prejudicando a educação científica em favor dos itinerários neoliberais, o primeiro governo estadual que estabelecer uma FGB de 2400 terá mais alunos aprovados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), alimentado pelas notas do ENEM. Ou seja, se um governador ou governadora forem responsáveis com seus jovens, retoma a centralidade da educação científica e das 2400 horas de FGB. E acaba com os itinerários. É exatamente isso que propusemos no Projeto de Lei 2601/2023 que busca revogar –de modo responsável – a Reforma do Ensino Médio. Se for aprovado, o Ensino Médio funcionará corretamente já em 2024 (BELOTI.; GRZECA; BOHRER, 2023).

Portanto, de acordo com Daniel Cara (2023), a aplicação da prova pode enfrentar problemas, em virtude de o ENEM ter abrangência nacional ele precisa estar pautado na Formação Geral Básica e não pode incorporar os itinerários formativos de cada Estado, logo se traduz em um entrave para sua aplicação.

O novo formato de organização curricular, reflexo da nova BNCC e da Lei 13.415/2017, pode gerar um fenômeno que Bodart e Feijó (2020) designam de desdisciplinarização. O ensino de Sociologia, como disciplina no ensino básico no Brasil, enfrenta em conjunto com as incertezas da permanência no currículo, a inserção numa grande área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas sob a égide da interdisciplinaridade. Uma das consequências da desobrigação do ensino de Sociologia como disciplina no NEM é que sendo diluída no discurso da interdisciplinaridade não há garantias de exclusividade de atuação para os licenciandos em Ciências Sociais ou Sociologia.

Um dos desdobramentos então deste processo de desdisciplinarização do currículo do EM, é o impacto direto sobre a qualidade do ensino de conteúdos de Sociologia, por permitir que professores sem formação na área lecionem e, conseqüentemente, sobre o mercado de trabalho para quem é formado na área. Outra característica do NEM é a forte presença do setor privado, no ideário da cultura empreendedora através de disciplinas como Projeto de Vida e na oferta de novos componentes curriculares, que não se fundamentam na recontextualização de campos científicos (BODART; FEIJÓ, 2020).

Para Bodart e Oliveira (2022) na diluição de conteúdos estruturantes no NEM através das competências e habilidades ancorados na justificativa da interdisciplinaridade podem ocorrer desajustes no currículo do tipo integrado ou com fraca classificação. O ensino de Sociologia definido como estudos e práticas, segundo a Lei 13.415/2017, pode ser um exemplo disso, onde os limites disciplinares não estão claramente definidos ou com pouca preocupação com a especificidade da disciplina. Encontramos nos autores mencionados uma justificativa para esta conceituação:

O currículo do “tipo integrado”, com “fraca classificação”, ignora a forma como as Ciências se organizaram no último século, que permitiu avanços no conhecimento que devem ser democratizados, o que ocorre com maior eficiência por meio da educação formal. Ignora também as maneiras como as licenciaturas estão organizadas, impactando negativamente na qualidade da atuação docente (BODART; OLIVEIRA, 2022, p. 129).

A BNCC em seu texto final, recebe várias críticas de especialistas, por não apresentar uma linha de suas bases pedagógicas e ainda pincelada por vários termos celebrados no campo educacional como “ensino contextualizado”, “interdisciplinaridade”, “protagonismo”, “autonomia” como se a justificativa de emprego de termos eufemistas tivesse algum efeito admirável (CARVALHO, 2021). Crítica contumaz da BNCC Carvalho (2021, *online*) complementa que:

A realidade, porém, é que nossas políticas educacionais têm retomado o que houve de pior na pedagogia tecnicista do século XX: produção curricular externa à escola,

padronização dos métodos de ensino e avaliação; desconsideração dos aspectos intersubjetivos no processo de ensino e aprendizagem; uso de avaliações externas como pressão para a adequação das escolas; transformação do ensino em treinamento para as avaliações externas; preocupação excessiva com o preenchimento de papelada burocrática e, sobretudo, adesão irrestrita à ideologia da eficiência como panaceia para todos os problemas da educação.

Outro problema que a pesquisadora aponta é que nos documentos anteriores constavam orientações gerais e diversas sugestões para as ações pedagógicas. Em especial nas Ciências Humanas e Sociais, exemplifica que haviam os PCN e as OCEM que traziam uma grande quantidade de temas e conceitos – não obrigatórios – bem como propostas de trabalhos interdisciplinares. Desta forma, os professores tinham como perspectiva um conjunto definido de competências a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo do percurso educacional.

Complementa ainda Carvalho (2021) que a BNCC não apresenta nenhuma orientação específica para as disciplinas, limitando-se a listar competências e habilidades muito genéricas, acompanhadas de uma lista de categorias a serem trabalhadas. Em Ciências Humanas são listadas pela BNCC as categorias: tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética; e política e trabalho; sendo política e trabalho a categoria contemplada de forma mais plena pela Sociologia e onde são citados os três autores fundantes das Ciências Sociais; Durkheim, Weber e Marx (BRASIL, 2019).

Compartilhando de perspectiva semelhante a Bodart e Oliveira (2022), Carvalho (2021) acredita que com a interdisciplinaridade o currículo pouco claro e definido deve ser visto com cautela:

(...) a BNCC não apresenta nenhuma orientação específica por disciplina, limitando-se a listar competências e habilidades muito genéricas, acompanhadas de uma lista de categorias a serem trabalhadas. Sob o pretexto de promover a interdisciplinaridade e o ensino contextualizado, a BNCC e, conseqüentemente, o edital do PNL 2021, promovem o apagamento dos componentes curriculares, como se as disciplinas não tivessem saberes próprios indispensáveis, podendo ser diluídas em um emaranhado de temas transversais.

Prosseguindo em sua linha de raciocínio a pesquisadora, como mencionado acima, demonstra preocupação com a execução do PNL 2021 a partir do ano de 2021. Até o ano de implantação da reforma do EM havia o emprego de um LD por disciplina para todo o período do EM. A adoção de um LD em cada área do conhecimento, composto por seis volumes de até 160 páginas no máximo é algo recente, portanto, e exige esforços para seu entendimento e interpretação. Carvalho contextualiza para duas questões que estão permeadas neste novo formato: a desvalorização das disciplinas e da formação específica de professores. Pontua ainda que:

A produção de livros didáticos por área de conhecimento incentiva justamente essa adoção do professor generalista como regra. E se antes o docente formado em outra área acabava tendo que ensinar conceitos, temas e teorias da disciplina que assumisse, ainda que limitando-se a seguir o livro didático, agora a tendência é a redução do ensino de toda a área de conhecimento à sua disciplina de formação, dado que o livro “liberto das fronteiras disciplinares” possibilitará isso. A longo prazo, o rumo traçado por essa diretriz (e isso já se reflete na Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica) é tornar inócua a licenciatura em áreas específicas (CARVALHO, 2021).

A partir de então com a adequação a nova BNCC, e, portanto, ao NEM, o último edital do PNLD 2021 apresentou um formato diferente, o que de certa forma causou insegurança, entre os professores no momento da escolha, gerando uma confusão com as informações sobre os materiais a serem selecionados para utilização a partir do ano de 2022 (CARVALHO, 2021). O edital do PNLD 2021 contemplou a divisão do material didático em cinco finalidades, identificadas do seguinte modo: objeto 1) obras didáticas de projetos integradores e projeto de vida; objeto 2) obras didáticas por área do conhecimento e obras didáticas específicas; objeto 3) obras de formação continuada – professor gestor; objeto 4) recursos digitais e objeto 5) obras literárias (BRASIL, 2019).

De acordo com o edital lançado no ano de 2019 as obras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas deveriam ter um número máximo de 160 páginas no livro impresso para o estudante na quantidade de seis volumes e o manual impresso do professor com no máximo 288 páginas. Ainda no edital o conjunto dos seis volumes do livro do estudante deveriam abordar de maneira equânime todas as competências gerais, específicas e habilidades de cada área do conhecimento. Ao se abordar as habilidades e as competências específicas, deveria ser explicitada a devida articulação delas com as competências gerais, os temas contemporâneos e as culturas juvenis, conforme preconizado pela BNCC (BRASIL, 2019).

O Guia do PNLD 2021, para auxiliar os professores na escolha das obras didáticas para a sua escola, é denso e composto por 115 páginas exigindo um tempo considerável para a leitura por parte dos professores. No seu texto de apresentação o guia está disposto em: obras didáticas, princípios e critérios que as coleções deveriam conter; as coleções aprovadas no que concerne a coerência e pertinência da abordagem teórico-metodológica, qualidade das orientações prestadas aos professores no Manual do Professor, funcionalidade do projeto gráfico-editorial, qualidade do tratamento dos princípios éticos, coerência e pertinência do material do professor digital; ficha de avaliação com diversos critérios que deveriam contemplar as competências e habilidades propostas pela BNCC; por fim as resenhas das obras aprovadas (BRASIL, 2021).

Em comparação com o Guia do PNLD de 2018 de Sociologia, a título de exemplificação, o Guia de 2021 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) fica ainda

mais resumido no que concerne a resenha das obras se considerarmos a abrangência das disciplinas, por se tratar de uma área contemplando Filosofia, Sociologia, Geografia e História. Ambos adotam os itens: visão geral, descrição da obra, análise da obra e o item em sala de aula. No PNLD de 2018 de Sociologia tínhamos em torno de uma resenha de cinco páginas contemplando uma análise mais detalhada de todos os conceitos e conteúdos trabalhados no livro em análise. No Guia de CHSA de 2021 temos em torno de três páginas de resenha para cada obra que contém seis volumes com 160 páginas, ou seja, em torno de 960 páginas no total. Em uma leitura atenta nas resenhas percebe-se que não há muito aprofundamento sobre conceitos, mas sim uma análise de que maneira contempla as competências e as habilidades estabelecidas na BNCC.

São estas e outras nuances que nos motivaram a realizar este trabalho para discorrer sobre a estrutura do NEM e a integração da Sociologia na área de conhecimento das CHSA. Perceber como essas mudanças trarão reflexos nos livros didáticos e os novos direcionamentos que a BNCC implica para a elaboração do PNLD. A seguir dissertamos sobre os aspectos averiguados em livros de diferentes edições do PNLD e as possíveis impressões que pudemos observar no manuseio das obras.

6 O LIVRO DIDÁTICO DISCIPLINAR ANTECEDENTE À REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O LIVRO DIDÁTICO INTERDISCIPLINAR A PARTIR DO NEM

Nesta seção estão apresentadas e descritas a análise e observação dos livros selecionados entre as edições do PNLD das quais o livro de Sociologia fez parte (2012, 2015 e 2018) e do PNLD 2021, após a reforma no EM, quando passa a se ter o livro de Ciências Humanas e Sociais. Relembrando que as edições de 2012, 2015 e 2018 do PNLD de Sociologia tratava-se dos livros disciplinares e a última edição do PNLD 2021 do EM passamos a ter os livros interdisciplinares, nos quais “estudos e práticas de Sociologia” encontram-se no livro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Conforme detalhado no capítulo 2 (Percurso Metodológico) escolhemos apenas um livro de cada edição do PNLD. Para o PNLD de 2021 cada livro é composto por seis volumes. Exploramos estes livros no intuito de localizar as categorias e subcategorias de análise. Os livros a partir dos quais foram definidas as categorias de análise também foram escolhidos para inspeção e descrição mais detalhadas, conforme poderá ser observado nos quadros detalhados adiante. Constituem as categorias de análise: Cultura, Trabalho e Cidadania e subcategorias: Indústria Cultural, Classes Sociais e Democracia respectivamente.

Para a apresentação, organizamos as unidades de análise em quadros para facilitar a compreensão. Na primeira coluna “Organização da Categoria | Subcategoria no Sumário”, detalhamos quais unidades/partes/capítulos dos livros especificam e abordam as categorias e subcategorias que elegemos de forma apriorística. Trata-se de uma descrição comentada de como o sumário está organizado.

Na segunda coluna, “Descrição dos Aspectos Averiguados”, são detalhados de forma mais abrangente como as categorias e subcategorias são trabalhadas e como se interseccionam nos livros percorridos; como as categorias e subcategorias estão relacionadas; de que forma é feita a abordagem; se os autores dos livros correlacionaram com outros conceitos no texto e de forma geral como são contextualizados em cada obra.

Na coluna “Pensadores Clássicos das Ciências Sociais”, estão detalhados os principais pensadores da Sociologia, Antropologia e Ciência Política e áreas correlatas que os autores dos livros didáticos utilizam para desenvolver o texto e argumentar sobre as categorias. Após a finalização deste capítulo, que está centrado nos quadros de descrição, realizamos a análise, comparações e possíveis alterações nos livros que compõem nossa seleção amostral.

Quadro 3 – Descrição Livro Didático PNLD 2012 (continua)

Livro – Unidade de Análise: Sociologia para o ensino médio. TOMAZI, Nelson D., 256p. 2010, Editora Saraiva.		
Categoria: Cultura Subcategoria: Indústria Cultural		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
A unidade 6 é totalmente dedicada aos conceitos de cultura e de ideologia. A unidade é subdividida em 3 capítulos que tratam dos conceitos e definições de cultura e ideologia; a mesclagem entre cultura e ideologia e um capítulo dedicado a cultura e indústria cultural no Brasil.	O autor abre a unidades com dois capítulos onde realiza uma definição ampla categoria cultura e também de ideologia. Aborda aspectos do etnocentrismo, trocas culturais e culturas híbridas, comparativos entre cultura erudita e popular. Aborda o conceito de ideologia, origens, perspectivas bem como a sua intersecção no cotidiano. No capítulo posterior apresenta a mesclagem de ideologia e cultura para trabalhar com conceitos de dominação e controle e discorrer sobre meios de comunicação e suas influências.	Cultura: Félix Guattari; Edward B. Tylor; Franz Boas; Bronislaw Malinowski; Ruth Benedict; Margareth Mead; Claude Lévi-Strauss; William G. Summer; Néstor Garcia Canclini; Alfredo Bosi; Francis Bacon; Destutt de Tracy; Auguste Comte; Karl Marx; Karl Mannheim.
A subcategoria Indústria Cultural está contemplada no capítulo 20 na unidade 6.	O capítulo que trata sobre indústria cultural é o que finaliza a unidade. No capítulo “Cultura e Indústria Cultural no Brasil” o autor faz a abordagem das características da cultura brasileira propriamente, a indústria cultural brasileira através dos meios de comunicação de massa, emissoras de rádio e televisão, a inclusão digital e suas deficiências na abrangência nacional.	Indústria cultural: Antônio Gramsci; Pierre Bourdieu; Theodor Adorno; Max Horkheimer; Walter Benjamin; Antônio Cândido; Renato Janine Ribeiro.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 4 – Descrição Livro Didático PNLD 2012 (continuação)

Livro – Unidade de Análise: Sociologia para o ensino médio. TOMAZI, Nelson D., 256p. 2010, Editora Saraiva.		
Categoria: Cidadania Subcategoria: Democracia		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
A categoria cidadania se faz presente na Unidade 5 que versa sobre direitos, cidadania e movimentos sociais. Nesta unidade temos 4 capítulos que tratam de direitos e cidadania, os movimentos sociais, direitos e cidadania no Brasil e os movimentos sociais no Brasil.	Na unidade 5 a categoria cidadania versa sobre os direitos civis, políticos e sociais. Apresenta nesta unidade dois capítulos para tratar de movimentos sociais na luta para conquista dos direitos, movimentos históricos e contemporâneos, a greve como um elemento central nos movimentos sociais e trata em um capítulo como a cidadania é vista no Brasil, com cerceamento dos direitos. Aborda o movimento feminista e ambiental como exemplos contemporâneos.	Cidadania: Thomas Hobbes; John Locke; Jean-Jacques Rousseau; Karl Marx; Émile Durkheim; T. H. Marshall; Renato Janine Ribeiro; Boaventura de Souza Santos; Axel Honneth; Olympe de Gouges; Simone de Beauvoir; Wanderley Guilherme dos Santos.
Democracia é abordado na unidade 4 que traz a divisão em 4 capítulos: “Como surgiu o Estado Moderno”; “O poder e o Estado”; “Poder, política e Estado no Brasil” e “A democracia no Brasil”.	Já a subcategoria democracia consta na unidade 4, “Poder política e Estado”. O autor discorre sobre o surgimento do Estado moderno, do absolutismo ao Estado Neoliberal. Trata das teorias sociológicas clássicas sobre o Estado e aprofunda o conceito de democracia, representatividade e partidos políticos. Faz uma análise da democracia no contexto brasileiro e sua representação através dos partidos políticos. O conceito de Estado é analisado de forma ampla pelos três fundadores da Sociologia: Marx, Weber e Durkheim.	Democracia: Adam Smith; John Maynard Keynes; Octávio Ianni; Karl Mannheim; Norbert Elias; Karl Marx; Émile Durkheim; Max Weber; Benjamin Constant; Immanuel Kant; Edmund Burke; Claude Lefort; Joseph Schumpeter; Giovanni Sartori; Robert Dahl; Adam Przeworski; Guillermo O’Donnell; Boaventura de Sousa Santos; Michel Foucault; Gilles Deleuze; Theodor Adorno; Francisco Weffort; Hélio Jaguaribe; Guerreiro Ramos; Rudá Ricci; Marco Aurélio Nogueira.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 5 – Descrição Livro Didático PNLD 2012 (conclusão)

Livro – Unidade de Análise: Sociologia para o ensino médio. TOMAZI, Nelson D., 256p. 2010, Editora Saraiva.		
Categoria: Trabalho Subcategoria: Classes Sociais		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
A categoria Trabalho aparece muito bem explanado na Unidade 2 intitulada “Trabalho e Sociedade”. A unidade está dividida em três capítulos discorrendo sobre o trabalho em diferentes sociedades, na sociedade moderna capitalista e a questão do trabalho no Brasil.	Na unidade 2 o autor fará um apanhado amplo sobre o conceito de trabalho fazendo a reconstituição de como era a produção nas sociedades tribais, escravidão e servidão e as bases do trabalho na sociedade moderna. Ao tratar do trabalho na sociedade moderna capitalista traz os conceitos dos modos de produção e as transformações recentes no mundo do trabalho e ainda recorre a Marx para conceituar a divisão social do trabalho e a Durkheim para a coesão social.	Trabalho: Marshall Sahlins; Hanna Arendt; Max Weber; Émile Durkheim; Karl Marx; Frederick Taylor; Harry Braverman; David Harvey; Richard Sennett; Robert Castel.
Já a subcategoria classes sociais figura em mais de uma unidade. Na unidade 1 “A sociedade dos indivíduos” no capítulo 3 que trata sobre as relações entre indivíduo e sociedade e também na Unidade 3 intitulada “A estrutura social e as desigualdades”, sendo mais explanado nos capítulos 8 “A sociedade capitalista e as classes sociais” e no capítulo 9 “As desigualdades sociais no Brasil”.	Na unidade 1, capítulo 3 “As relações entre indivíduos e sociedade”, o autor fará a conceituação de classes sociais empregando Karl Marx para discorrer sobre as imbricações do indivíduo e as classes sociais, recorre também aos demais clássicos da sociologia neste capítulo. Mais adiante, na Unidade 3, “A estrutura social e as desigualdades”, retoma o conceito de classes sociais e a sociedade capitalista no capítulo 8, onde aprofunda temas como: Hierarquização e mobilidade, desigualdade de riqueza, prestígio e poder, oportunidades e estratificação. No capítulo 9 trata das desigualdades sociais no Brasil, raças e classes, mercado de trabalho e condições de vida e formação das classes sociais.	Classes Sociais: Karl Marx; Max Weber; Kingsley Davis; Wilbert E. Moore; José de Souza Martins; Márcia Anita Sprandel; Lilian Schwarcz; Josué de Castro; Victor Nunes Leal; Florestan Fernandes; Octávio Ianni; Fernando Henrique Cardoso;

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 6 – Descrição Livro Didático PNLD 2015 (continua)

Livro – Unidade de Análise: Tempos modernos, tempos de sociologia. BOMENY, Helena et al., 383p., 2013, Editora do Brasil.		
Categoria: Cultura Subcategoria: Indústria Cultural		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
Na parte 1 Saberes Cruzados, a categoria cultura é trabalhada no capítulo 3 intitulado “Saber sobre o que está distante”.	O capítulo 3 “Saber sobre o que está distante” dá ênfase a conceitos antropológicos sobre cultura , definição de antropologia, alteridade, etnocentrismo, evolucionismo social, etnia, raça, racismo, diversidade humana. Na seção superando o etnocentrismo científico traz a conceituação de relativismo cultural, culturalismo, tabu do incesto, a etnografia como método antropológico e uma seção intitulada lições do trabalho de campo.	Cultura: Roque de Barros Laraia; Franz Boas; Claude Lévi-Strauss; François Laplantine; Bronislaw Malinowski; Clifford James Geertz.
Na parte 2 intitulada de “A Sociologia vai ao cinema”, no capítulo 12: “Sonhos de consumo”, está contemplado e trabalhado a subcategoria indústria cultural .	Ao tratar de Indústria Cultural as autoras realizam a contextualização de cultura de massa e indústria cultural através da exemplificação da loja de departamentos, o ambiente de uma capital (metrópole), sociedade de massas e indústria do entretenimento. Traz definições de propaganda, o resgate e contextualização do shopping center como epicentro do consumo. Finalizam o capítulo elencando ilusões e realidades da arte e da tecnologia.	Indústria Cultural: Walter Benjamin.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 7 – Descrição Livro Didático PNLD 2015 (continuação)

Livro – Unidade de Análise: Tempos modernos, tempos de sociologia. BOMENY, Helena et al., 383p., 2013, Editora do Brasil.		
Categoria: Cidadania Subcategoria: Democracia		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
A categoria Cidadania está incorporada no capítulo 19 em especial na seção “Democracia se aprende, cidadania também.”	No capítulo 19 a conceituação de Cidadania está relacionada com a ideia da inclusão, direitos humanos, explanando os direitos políticos, sociais e civis com o arcabouço de que os direitos não estão dados, mas construídos e pauta constante de disputas. Na próxima seção, “Uma história do voto no Brasil”, as autoras fazem o resgate da história do voto no Brasil, processo eleitoral, lei da Ficha Limpa. Finalizam na seção “Cidadãos de que classe?” trazendo a definição de cidadania regulada ou seletiva.	Cidadania: Alexis de Tocqueville; Norberto Bobbio; Elisa Reis; T. H. Marshall.
A subcategoria Democracia aparece em dois momentos. Na Parte I “Saberes Cruzados”, Capítulo 4: “Saber sobre a astúcia e as manhas da política” e no capítulo 19: “Participação política, direitos e democracia”.	Democracia é exposto no capítulo 4, que é dedicado a ciência política, especialmente ressaltado na seção “Democracia e Ciência Política no Brasil”. O conceito de Democracia também se faz presente no capítulo 19: “Participação política, direitos e democracia”, o qual é aberto com a abordagem da constituição, como a Carta Magna de um país, realizando resgate histórico de todas as constituições que o Brasil já teve. Na seção: “De volta a democracia”, trata do tema pós Regime Militar no período da redemocratização com a Lei da Anistia e o movimento pelas Diretas Já e ainda democracia e liberalismo.	Democracia: Max Weber; Nicolau Maquiavel; Robert Dahl; Victor Nunes Leal; José Murilo de Carvalho; Wanderley Guilherme dos Santos; Thomas Hobbes; John Locke; Jean-Jacques Rousseau.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 8 – Descrição Livro Didático PNLD 2015 (conclusão)

Livro – Unidade de Análise: Tempos modernos, tempos de sociologia. BOMENY, Helena et al., 383p., 2013, Editora do Brasil.		
Categoria: Trabalho Subcategoria: Classes Sociais		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
A categoria trabalho é bastante empregada em mais de um capítulo. Em destaque para a Parte II "A sociologia vai ao cinema", no capítulo 5 "O apito da fábrica"; capítulo 6 "Tempo é dinheiro"; capítulo 8 "Trabalhadores uni-vos!". Também na Parte III "A Sociologia vem ao Brasil", em especial no capítulo 15 "Quem faz e como se faz o Brasil."	O conceito de trabalho no capítulo 5 começa a ser explicado através do Filme Tempos Modernos com o personagem Carlitos (Charles Chaplin). Trabalho inicialmente é contextualizado com o conceito de Durkheim a partir da obra "Da divisão do trabalho social", ampliação dos conceitos de solidariedade e coesão, direito e anomia social, ética e mercado. No capítulo 6 as autoras trazem para o diálogo Max Weber para tratar das inovações tecnológicas e aspectos da obra "A ética protestante e o espírito do capitalismo" e o "Desencantamento do mundo" bem como os movimentos de resistências as mudanças tecnológicas. Já o capítulo 8 é dedicado a Karl Marx e Friedrich Engels e todos os conceitos imbricados na convocação da classe trabalhadora a ser agente na história com breve explicação sobre socialismo. O capítulo 15 traz as imbricações da "Sociologia e o mundo do trabalho", trabalho formal e informal com abordagens ao trabalho escravo, imigrantes, trabalhadores assalariados e igualdade no mercado de trabalho.	Trabalho: Émile Durkheim; Max Weber; Edward Palmer Thompson; Karl Marx; Friedrich Engels; Jean-Jacques Rousseau; Benjamin Franklin; Florestan Fernandes.
A subcategoria classes sociais é abordado na parte II especialmente no capítulo 8 "Trabalhadores uni-vos!"	Classes sociais consta como um conceito no capítulo que traz as definições marxistas que circundam o mundo do trabalho. Ressalta as desigualdades entre burguesia e proletariado.	Classes Sociais: Karl Marx; Émile Durkheim.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 9 – Descrição Livro Didático PNLD 2018 (continua)

Livro – Unidade de Análise: Sociologia em movimento. SILVA, Afrânio et al. 399p., 2016, Moderna.		
Categoria: Cultura Subcategoria: Indústria Cultural		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
Na Unidade 2 “Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas”, temos três capítulos que exploram os conceitos que permeiam as definições de cultura que são: 3. “Cultura e ideologia”; 4. “Socialização e controle social”; 5. “Raça, etnia e multiculturalismo”.	O capítulo 3 é empregado para trazer logo no início a conceituação de cultura e as intersecções com a antropologia, adiante traz as definições de cultura de acordo com diferentes escolas antropológicas; definições de etnocentrismo e relativismo cultural; abordagem de como a ideologia está entrelaçada com comportamento social e com a cultura. No capítulo 4, reforça a cultura no processo de socialização e interação social, bem como o papel dos meios de comunicação e tecnologias da informação na sociedade contemporânea. Já no capítulo 5, os autores discutem temas caros à cultura, como preconceito, discriminação e segregação, raça, racismo, e etnia trazendo elementos para a identificação das desigualdades sociais decorrentes das relações raciais.	Cultura: Michel de Montaigne; Edward Burnett Tylor; Franz Boas; Bronislaw Malinowski; Claude Lévi-Strauss; Clifford Geertz; Karl Marx; Antonio Gramsci; Paulo Freire; Néstor García Canclini; Philippe Ariès; Peter Berger; Georg Simmel; Erving Goffman; Max Weber; Louis Althusser; Carlos Nelson Coutinho; Michel Foucault; Jean-Claude Passeron; Pierre Bourdieu; Kabengele Munanga; Gilberto Freyre; Florestan Fernandes; Ahyas Siss.
A subcategoria indústria cultural ganha destaque na finalização do capítulo 3 na seção 6 “Indústria cultural e meios de comunicação de massa”.	O conceito de indústria cultural é abordado na seção que finaliza o capítulo 3 que trata principalmente das ligações entre cultura e ideologia. O conceito é explorado com os impactos dos meios de comunicação de massa e traz conceitos mais recentes na formação da identidade cultural no século XXI como a cibercultura.	Indústria Cultural: Theodor Adorno; Max Horkheimer; Manuel Castells; Pierre Lévy.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 10 – Descrição Livro Didático PNLD 2018 (continuação)

Livro – Unidade de Análise: Sociologia em movimento. SILVA, Afrânio et al. 399p., 2016, Moderna.		
Categoria: Cidadania Subcategoria: Democracia		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
A categoria Cidadania aparece bem demarcada na Unidade 3 “Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea” em especial no capítulo 7 “Democracia, cidadania e direitos humanos”.	Cidadania é um conceito tratado posteriormente ao de democracia, na sequência das seções. Realiza a contextualização de cidadania com direitos humanos e como estão relacionados no Brasil os pilares democracia, cidadania e direitos humanos, além da abordagem tradicional de cidadania com os direitos civis, políticos e sociais.	Cidadania: T. H. Marshall; José Murilo de Carvalho; Wanderley Guilherme dos Santos; Maria Victoria Benevides.
A subcategoria Democracia consta no Capítulo 7, nas seções: “Democracia”, “Teoria democrática moderna”, “Teoria democrática contemporânea” e “Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil”.	Ao tratar de democracia os autores trazem a sua definição e análise de trajetória, passando pela democracia direta, democracia representativa e democracia participativa. Contextualiza a respeito das teorias democráticas moderna e teoria democrática contemporânea.	Democracia: Thomas Hobbes; John Locke; Jean-Jacques Rousseau; Montesquieu; Benjamin Constant; Alexis de Tocqueville; John Stuart Mill; Antônio Gramsci; Rosa Luxemburgo; Robert Dahl; Joseph Schumpeter; Robert Dahl; C. B. Macpherson; Vilfredo Pareto; Gaetano Mosca; Robert Michels.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 11 – Descrição Livro Didático PNLD 2018 (conclusão)

Livro – Unidade de Análise: Sociologia em movimento. SILVA, Afrânio et al. 399p., 2016, Moderna.		
Categoria: Trabalho Subcategoria: Classes Sociais		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
A categoria de trabalho é interseccional em vários outros conceitos no livro. Destaque, para a conceituação pura desta categoria na Unidade 4 “Mundo do trabalho e desigualdade social”. Em especial o capítulo 9 “Trabalho e sociedade e o capítulo” e capítulo 10 “Estratificação e desigualdades sociais”.	No Capítulo 9, os autores fazem a abordagem através da definição de trabalho segundo Marx, Weber e Durkheim. Marx, através da história da exploração do homem; Weber e a ética do trabalho; Durkheim e o trabalho como gerador de solidariedade. Trata dos modos de produção no sistema capitalista em uma seção e finaliza o capítulo com a seção “Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos” citando a informalidade, sub-proletariado e terceirização do trabalho. Esta unidade traz, no capítulo 10, o debate a respeito da estrutura e estratificação social, focando as interpretações sobre a pobreza e o cenário de mudanças e persistências dos dados e índices socioeconômicos no Brasil.	Trabalho: Karl Marx; Max Weber; Émile Durkheim; Frederick Winslow Taylor; Octavio Ianni; Jessé de Souza; Marcio Pochmann; Pierre Bourdieu; Raquel Rolnik.
A subcategoria classes sociais é vista em 2 capítulos distintos, ora sendo conceituado e por vezes interseccionando com outros conceitos. Consta no Capítulo 2 “A Sociologia e a relação entre o indivíduo e a sociedade pela perspectiva sociológica clássica”; e mais ampliado no Capítulo 9 onde está imbricado a estratificação social.	Classes sociais está referenciada no capítulo 2, sob a ótica da discussão clássica da Sociologia acerca da relação entre indivíduo e sociedade, referenciando classes sociais a partir de Marx, expondo contradições nas relações de produção: propriedade, luta de classes e transformação social. Já no capítulo 9, os autores discutem estratificação social retomando os conceitos de classes interligadas com desigualdades sociais com definições de classe para Weber e Marx.	Classes Sociais Émile Durkheim; Max Weber; Karl Marx; Renato Ortiz.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 12 – Descrição Livro Didático PNLD 2021 (continua)

Livro – Unidade de Análise: Diálogos em Ciências Humanas: Compreender o Mundo e Consciência Ambiental. VICENTINO, Cláudio et al. 160p. ,2020, Ática.		
Categoria: Cultura Subcategoria: Indústria Cultural		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
A categoria cultura figura de forma mais intensa no livro “Diálogos: Compreender o Mundo”. No capítulo 1 “Ciência, cultura e identidade”, o conceito é abordado dentro da interdisciplinaridade e no capítulo 2 “Etnia e identidade”, de forma mais concentrado na Antropologia.	O capítulo 1 do livro Diálogos: Compreender o mundo traz a conceituação de cultura a partir da relação com ciência e identidade nas perspectivas da filosofia, da história, arqueologia, antropologia, ou seja, um conceito com centralidade nas definições de linguagem. O capítulo 2, “Etnia e identidade”, trata de termos pertinentes à cultura, como etnia e etnocentrismo, identidade e alteridade, nós e o outro, xenofobia e racismo, cultura material e imaterial, diversidade e identidade cultural, tradição dos povos no Brasil, moderno e atrasado relacionado à civilização e à barbárie.	Cultura: Clifford Geertz; Franz Boas; Stuart Hall; Daniel Wilson; Kabengele Munanga;
A subcategoria indústria cultural é tratada no livro “Diálogos: Consciência Ambiental”. Está contido no Capítulo 2 “Cultura no mundo contemporâneo”, interseccionado com a cultura da modernidade e de massa.	O conceito de indústria cultural é abordado no livro “Diálogos: Consciência Ambiental” integrada a cultura de massa. A indústria cultural na lógica deste capítulo está como indutora e consequência da cultura de massa. Antes de introduzir o conceito de indústria cultural estão desenvolvidas as seções “A cultura na modernidade” e “Cultura de massa”. Após o conceito temos uma seção intitulada “Apropriação cultural”.	Indústria Cultural: Theodor Adorno; Max Horkheimer;

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 13 – Descrição Livro Didático PNLD 2021 (continuação)

Livro – Unidade de Análise: Diálogos em Ciências Humanas: Construção da cidadania. VICENTINO, Cláudio et al. 160p.,2020, Ática.		
Categoria: Cidadania Subcategoria: Democracia		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
A categoria e subcategoria Cidadania e Democracia estão concentradas no livro “Diálogos: Construção da Cidadania”. Cidadania está contemplada na Unidade 2 “Caminhos da cidadania” em dois capítulos: 3 e 4. No capítulo 3 “A cidade e a cidadania” e no capítulo 4 “Direitos Humanos e prática social”.	O conceito de cidadania está contemplado em dois capítulos. No capítulo 4 trata sobre direitos humanos e práticas sociais. Faz de forma breve a contextualização do que denomina de gerações dos direitos humanos: civis, políticos e sociais. Abordagem da Declaração Universal dos Direitos Humanos para em seguida discorrer sobre as Organizações Não Governamentais (ONGs). Faz uma distinção entre diferenças e desigualdades e fortemente centrada nas constituições; isso com forte implicações de filosofia e história. No capítulo 3 faz correlação com a ocupação dos territórios com resgate histórico e principalmente geográfico.	Cidadania: Norberto Bobbio; Ruth Glass; Thomas Hobbes; John Locke; Jean-Jacques Rousseau; Maria Victoria Benevides; Boaventura de Souza Santos; Silvio Almeida;
Democracia encontra-se relacionada na Unidade 1 intitulada “Dimensões da cidadania” e está dividida em 2 capítulos; 1 e 2. No capítulo 1 discorre sobre “Democracia e ditadura no Brasil e na América Latina” e o capítulo 2 “Desafios para construção da justiça social no Brasil”.	Democracia está contemplada nos capítulos 1 e 2. No primeiro capítulo faz uma discussão mais intensa na diferenciação entre democracia e ditadura, como conceitos opostos, e como historicamente e geograficamente a democracia e os períodos de ditadura e dependência se configuraram no Brasil e em alguns países da América Latina perpassando por Estado Novo, mobilização social e redemocratização. No capítulo 2 versa sobre os desafios da construção da justiça social no Brasil aprofundando aspectos ligados a desigualdade, minorias sociais e por diversos marcadores sociais da diferença como: cor/raça; gênero, racismo estrutural; geração etc.	Democracia: Max Weber; Joseph Schumpeter; Alexis de Tocqueville; Allan Johnson; Darcy Ribeiro; Karl Mannheim.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 14 – Descrição Livro Didático PNLD 2021 (conclusão)

Livro – Unidade de Análise: Diálogos em Ciências Humanas: Importância do Trabalho. VICENTINO, Cláudio et al. 160p. ,2020, Ática.		
Categoria: Trabalho Subcategoria: Classes Sociais		
Organização da Categoria Subcategoria no Sumário	Descrição dos Aspectos Averiguados	Pensadores Clássicos das Ciências Sociais
A categoria de trabalho é amplamente abordada no livro “Diálogos: Importância do trabalho”. São 4 capítulos que tratam sobre: “Concepções de trabalho”; “Capitalismo e transformações no mundo do trabalho”; “Produção industrial e revolução informacional” e “Trabalho no mundo globalizado”.	Trabalho é uma categoria conceitual que permeia todo o livro desta coletânea. No capítulo 1 o conceito de trabalho é chave motriz para tratar a historicidade das diversas formas de trabalho; do escravismo, feudalismo ao trabalho assalariado. Trabalho como agente de transformação. No capítulo 2 apresenta o trabalho a partir da Revolução Industrial como agente de emancipação x alienação, lutas sociais e sindicatos, leis trabalhistas e direitos humanos bem como divisão internacional do trabalho. No capítulo 3, trata da produção industrial de acordo com os modelos de produção e a importância da indústria no cenário, brevemente aborda a exploração do trabalho, discorre sobre industrialização no Brasil e as novas tendências no mercado de trabalho relacionadas a revolução informacional. Finalizando com o capítulo 4 trata do trabalho no mundo globalizado em correlação com a globalização, avanço das tecnologias, as precarizações das relações trabalhistas e perspectivas futuras do trabalho no futuro.	Trabalho: Manuel Castells; Marilena Chaui; Friedrich Engels; Max Weber; Karl Marx; Celso Furtado.
A subcategoria classes sociais pode ser encontrado na Unidade 1 que trata sobre concepções de “Trabalho na história”. Mais especificamente está contido no capítulo 1 onde temos uma seção que trata o trabalho como exploração e a constituição da hierarquização e as desigualdades pela estratificação social.	Classes sociais está referenciada como uma das categorias do sistema de estratificação social. O sistema de classes e sua organização é apresentado de forma breve no texto.	Classes Sociais: Max Weber; Karl Marx.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

7 COMPARATIVO E ALTERAÇÕES VERIFICADAS NAS ANÁLISES DOS LIVROS DIDÁTICOS

Neste capítulo, apresentamos algumas impressões que foram obtidas ao se realizar o percurso investigativo dos LDs. Quando as categorias e subcategorias eram visualizadas e analisadas, alguns indicativos foram considerados para contribuir em uma reflexão no que se refere à organização dos sumários dos livros, dos aspectos que foram inspecionados nas páginas e, também, dos pensadores que os autores dos livros mais empregam para realizar a abordagem das categorias. O que trazemos aqui são observações de mudanças, reduções e alterações na forma como as categorias e temáticas foram se conformando nessa trajetória de produção dos LDs de Sociologia. Traçamos, por vezes também, algumas comparações que percebemos na análise dos conteúdos dos livros.

Para a análise, o texto dissertativo/argumentativo foi a fonte de informação contabilizada, ou seja, o texto principal da página e o contido em caixas (*boxes* que fazem *link* com o conteúdo do capítulo). Não foram contempladas análises detalhadas em estratégias que os livros utilizam como: dinâmicas, sugestões de atividades/exercícios, sugestões de debates, sugestões de livros e filmes, questões de vestibular e ENEM, dentre outros recursos. O livro *Diálogos em Ciências Humanas* da Editora Ática, tivemos acesso ao Manual do Professor onde realizamos uma rápida observação de sua configuração.

Para melhor compreensão apresentamos a análise das categorias e subcategorias pelas seções que contemplam as três grandes áreas das Ciências Sociais: Ciência Política, Sociologia e Antropologia.

7.1 SOCIOLOGIA – ANÁLISE DA CATEGORIA: TRABALHO – SUBCATEGORIA: CLASSES SOCIAIS

Nas observações que realizamos dos LDs é perceptível que a categoria que é mais explorada e explanada é a de trabalho. Isso se aplica tanto nos livros disciplinares de Sociologia como na obra interdisciplinar de *Ciência Humanas e Sociais Aplicadas*. O conceito de trabalho é muito abrangente e permeia diversas características das relações sociais, portanto, é um dos conceitos fundamentais do conhecimento sociológico.

Ao percorrer as orientações do PCN +, por exemplo, encontramos nas sugestões de organização dos eixos temáticos em Sociologia a justificativa para a abrangência de notório destaque nos livros didáticos da categoria trabalho:

Grande parte de tudo o que os sociólogos já produziram está relacionado às atividades produtivas do ser humano. O trabalho organiza a sociedade e define suas características básicas. Os aspectos econômicos relacionados ao trabalho são fundamentais na análise e compreensão das diversas sociedades (BRASIL, 2006, p. 96).

Logo, a categoria trabalho na sociedade se intersecciona com diversos temas e subtemas, por exemplo a organização do trabalho através dos modos de produção ao longo da história; o trabalho no Brasil; o trabalho e as desigualdades sociais; as formas como são expressas estas desigualdades; a conceituação histórica de como o trabalho foi se configurando nas sociedades utópicas; as interfaces entre o trabalho, o ócio e o lazer na sociedade pós-industrial; o trabalho e a mobilidade social com subtemas: o mercado de trabalho, o emprego e desemprego bem como profissionalização e ascensão social (BRASIL, 2006, p. 97).

No livro Sociologia para o Ensino Médio (2012), a categoria trabalho é bem demarcada e explanada na Unidade 2, com ancoragem, sociologicamente expressa. Na unidade é possível observar um capítulo bem fundamentado nos clássicos de Marx e Durkheim, ao dialogar, por exemplo, com os conceitos marxista de mais valia (relativa e absoluta) e de solidariedade orgânica e mecânica de Durkheim. Emprega os pensadores para conceituar a divisão social do trabalho e coesão social.

A subcategoria classes sociais se faz presente em mais de uma unidade, satisfatoriamente desenvolvida no decorrer do texto. Para tal, emprega os clássicos da Sociologia, em especial Marx. De Marx, vários conceitos que permeiam as definições de classes sociais são explicados empregando uma linguagem acessível ao estudante do Ensino Médio. A Unidade 1, capítulo três “As relações entre indivíduo e sociedade” é iniciada através dos escritos de Marx e das relações existentes entre os indivíduos e as classes sociais para compreensão da vida social contemporânea centrada na luta de classes.

A categoria classes sociais aparece três vezes no sumário do livro Sociologia para o Ensino Médio (2012). Ela é associada e empregada para dissertar as relações entre indivíduos e sociedade na unidade 1 “A sociedade dos indivíduos”. Na unidade 3 “A estrutura social e as desigualdades”, o tema de classes sociais pode ser localizado no sumário em dois capítulos: Capítulo 8, que versa sobre a sociedade capitalista e as classes sociais e capítulo 9, que trata da temática das desigualdades sociais no Brasil e da formação das classes sociais e mudanças sociais.

Já no PNLD da interdisciplinaridade analisamos o livro Diálogos: A importância do trabalho (2021) de 160 páginas. A categoria trabalho neste livro é amplamente abordada pela sua historicidade. Contudo, a posição mais intensamente demarcada de uma reflexão crítica

que, em caráter comparativo, é observada no livro *Sociologia para o Ensino Médio* (2012) se faz de maneira muito superficial, para não dizer inexistente no livro *Diálogos*.

São empregados somente seis autores com ampla tradição na Sociologia para a abordagem da categoria e subcategoria trabalho e classes sociais no livro *Diálogos: A importância do trabalho* (2021). Marx, por exemplo, é empregado no transcorrer do texto, contudo, seus escritos e conceitos não são tão bem explanados em comparação com o livro *Sociologia para o Ensino Médio* (2012). Visualizamos que classes sociais é uma categoria conceitual pouco relacionada neste livro e sequer consta no sumário. No texto está descrita em menos de duas páginas do livro, fazendo um contraponto entre Marx e Weber e suas concepções a respeito de classes, sem muito aprofundamento teórico na explicação. O modo como a sociologia se apropria das questões que circundam as questões do trabalho tem pouca profundidade no livro *Diálogos: A importância do trabalho* (2021) se comparada as demais edições do PNLD.

No livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2015), todas as unidades fazem uma analogia ao filme de Charles Chaplin (*Tempos Modernos*) que é o fio condutor dos problemas estudados no livro pela Antropologia, Ciência Política e Sociologia. *Tempos Modernos* é um filme cuja temática está centrada em torno da crítica à desumanização, a exploração do trabalho e a desigualdade social gerada pela rápida industrialização e mecanização da sociedade. Neste livro, a categoria trabalho e a subcategoria classes sociais são visualizados na organização do sumário, no capítulo 8 “Trabalhadores, uni-vos!”, e presente no texto de outros capítulos.

Há no livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2015), também uma centralidade nos escritos de Marx na abordagem da categoria trabalho, no capítulo 8 propriamente. Neste capítulo pode ser localizada uma caixa de texto com informações sobre o principal pensador empregado no capítulo, um dos recursos que as autoras do livro usam para direcionar o leitor para informações particulares que contribuem para a compreensão geral do texto.

A menção sobre Marx, no livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2015), citando obras “emblemáticas” como “O Manifesto Comunista”, na atualidade em que vivemos, principalmente após a onda conservadora na educação, não é encontrada no livro *Diálogos: A importância do trabalho* (2021). No livro *Diálogos* não localizamos menção a obras “polêmicas” e o texto está dissertado com expressões como “pensamento marxista”, “teoria marxista”, “visão marxista” e “correntes marxistas”.

Outra constatação pertinente e que observamos é que nos livros que percorremos da edição 2012 a 2018, nos sumários constavam em algum dos capítulos os três autores fundantes

da Sociologia; Marx, Weber e Durkheim. Nos volumes que compõem o livro *Diálogos* no qual realizamos escrutínio, nenhum autor é citado no sumário, seja de Sociologia ou de outra área da interdisciplinaridade.

Não há linearidade no pensamento sociológico como estamos rotineiramente acostumados e introduzindo os conceitos segundo a cronologia de Durkheim, Marx e Weber. A categoria trabalho e subcategoria classes sociais nos livros das edições de 2012 a 2018 são abordados pelos autores das obras pelos três pensadores fundantes da Sociologia. No livro *Diálogos: A importância do trabalho* (2021), em nenhum capítulo Durkheim é citado, por exemplo, sequer em nota de rodapé.

Os clássicos da Sociologia geralmente eram abordados no primeiro ano do ensino médio. Essa forma de condução era uma estratégia para apresentar a disciplina e também discorrer sobre o seu caráter científico, para justificar que Sociologia também é uma ciência, baseada em um método objetivo e bem definido, conhecido como método científico. Essa mesma constatação pode ser visualizada em trabalho realizado por pesquisadores no estado da Paraíba que ao fazer este movimento de análise dos livros didáticos do PNLD 2021 compartilham e chamam a atenção para esta nova configuração:

Considerando-se a intenção expressa de “desdisciplinarizar” o currículo, convertendo sociologia e filosofia em conteúdos transversais, torna-se inócuo fazer a apresentação dessas disciplinas, sua história, seus autores clássicos e suas especificidades quanto à produção de conhecimento. Quando a sociologia figurava como disciplina obrigatória, as ciências sociais eram apresentadas aos estudantes, com suas características, objetivos, ferramentas conceituais e teóricas. Com variações, os livros traziam capítulos iniciais em que tradicionalmente eram abordados: a contextualização histórica do surgimento das ciências sociais; a apresentação das posturas científicas de Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber; os debates clássicos sobre as características da sociedade moderna; a reflexão sobre as relações entre indivíduo e sociedade e os conceitos de socialização e sociabilidade (GUEDES et al., 2022, p. 3986).

É perceptível que a categoria conceitual trabalho no livro *Diálogos: A importância do trabalho* (2021) tem um embasamento na historicidade e está alinhada à BNCC, pautada nas escolhas profissionais dos estudantes e aspectos que permeiam e terão impacto na vida profissional dos discentes, seguindo a linha de competências e habilidades, nas oportunidades, aptidões, sonhos e caminhos que serão percorridos para que alcancem seus objetivos profissionais. No NEM, principalmente através do Projeto de Vida, o professor é comparado a um orientador dos estudantes de forma a reconhecer e fortalecer competências e habilidades para que desenvolvam seu potencial para o universo do trabalho.

O livro *Diálogos* da Editora Ática faz uma boa apresentação ao objeto do conhecimento do trabalho. De modo mais efetivo, isso acontece no livro *Diálogos: Importância do Trabalho*

(2021) onde estão localizados na Unidade 1 “Trabalho na história” nos capítulos 1 “Concepções de trabalho” e 2 “Capitalismo e transformações no mundo do trabalho”. Na unidade 2 “Produção e trabalho nos dias de hoje” capítulo 4 “Trabalho no mundo globalizado”. Além do livro Diálogos: Convívio democrático (2021) na unidade 1 “Os desafios do nosso tempo” no capítulo 1 “Desigualdades socioeconômicas no mundo contemporâneo”.

A categoria trabalho interseccionada com a sociedade está presente nas unidades e capítulos analisados no livro Diálogos. Todavia, os conceitos pertinentes da abordagem sociológica, no transcorrer do texto, fazem poucas apropriações das teorias dos pensadores clássicos da Sociologia com as tradicionais reflexões críticas, e fica notório que os autores recorrem ao caráter mais histórico para o desenvolvimento dos capítulos.

No Manual do Professor do livro Diálogos: A importância do trabalho (2021) há sugestões de que professores estão mais aptos a trabalhar determinados capítulos. Todos os conceitos, segundo o manual na indicação de professor, podem ser trabalhados por mais de um professor, ou seja, conceitos como trabalho e classes sociais podem ser explanados por professores de história, geografia ou filosofia. Por outro lado, no manual, o único conteúdo que o livro não sugere o professor de Sociologia, como professor indicado, é a seção “Contexto político e econômico no mundo globalizado”, o que pode ser considerado controverso. Os demais capítulos podem ser trabalhados por professores de Sociologia.

De modo geral, o que constatamos com a análise da categoria trabalho e subcategoria classes sociais é que estes conceitos tinham no livro disciplinar uma estruturação mais ampla, mais contextualizada com criticidade para os discentes do EM. Nos livros onde realizamos o percurso investigativo, os três autores clássicos da Sociologia estavam muito demarcados. No livro interdisciplinar, há praticamente um “abandono” deste prisma de mediação didática através dos clássicos e o conceito de trabalho é descrito muito fortemente como uma forma emancipatória e como agente de transformação sob o viés mercadológico e na preparação do jovem para o mercado de trabalho. A leitura crítica da categoria trabalho não se faz mais presente.

7.2 ANTROPOLOGIA – ANÁLISE DA CATEGORIA: CULTURA – SUBCATEGORIA: INDÚSTRIA CULTURAL

Avançando na análise das categorias, passamos a dissertar sobre a categoria de cultura e subcategoria indústria cultural. Ao tratar sobre a categoria cultura o livro Sociologia para o Ensino Médio (2012) traz uma unidade onde estão imbricadas cultura e ideologia, deste modo,

demonstrando os nexos entre a dimensão simbólica e as formas de dominação e controle social. Para tal, emprega pensadores clássicos da Antropologia por exemplo: Franz Boas, Bronislaw Malinowski, Ruth Benedict; Margareth Mead e Claude Lévi-Strauss.

Já o que observamos no livro *Diálogos: Compreender o Mundo* (2021), é uma correlação de cultura sob a perspectiva da orientação da linguagem que está localizado no capítulo 1 “Ciência, cultura e identidade”. A linguagem que pode originar narrativas e expressar coisas. Neste capítulo, a categoria cultura é desenvolvida como um produto das relações sociais, mas dentro do tratamento antropológico é observado de forma muito concisa, uma vez que contempla perspectivas históricas, arqueológicas e filosóficas.

Será no capítulo 2 “Etnia e identidade” que encontramos conceitos antropológicos um pouco mais demarcados, contudo, pensadores não são muito explorados para a transposição didática. Um olhar mais atento na seção que trata sobre racismo e xenofobia traz no desenvolvimento do texto, um artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* do jornalista francês Gilles Lapouge para ilustrar sobre as fortes manifestações de xenofobia e de racismo no final do século XX:

“...Nenhum país fica isento dessa praga: o estrangeiro, o diferente, o minoritário é detestado. O planeta parece ter entrado no tempo do ódio do outro. A crise econômica é um dos motivos mais apontados para o atual surto de racismo e xenofobia. Aí, sem dúvida, localizamos a raiz mais primitiva do racismo. Na origem, o comportamento de exclusão tem sua fonte no medo do outro. A passagem para o racismo é automática: passa-se a detestar esse outro que nos causa temor” (LAPOUGE, 1993, *apud* VICENTINO et al., 2020, p. 51).

Podemos considerar uma escolha um tanto quanto infeliz para a contextualização tratando o racismo e a xenofobia como um “surto”. Seria mais pertinente uma contextualização com viés antropológico para tratar sobre tal problema. Ao realizar a abordagem sobre racismo e xenofobia, não notamos a presença de nenhum autor da grande área de antropologia e de nenhum outro autor das disciplinas das CHSA. Na elaboração da seção de um tema tão pertinente, houve um esvaziamento de autores de todas as áreas e coube o testemunhal de um artigo jornalístico justificar o quanto são preocupantes as manifestações racistas e xenofóbicas.

No livro *Diálogos: Compreender o Mundo* (2021) figuram de forma muito sintética Clifford Geertz para a compreensão da cultura, Franz Boas em um parágrafo para contrapor a visão eurocêntrica sobre a hierarquização das culturas e Stuart Hall para discorrer sobre a identidade cultural; abordada brevemente em dois parágrafos, sendo um parágrafo citação direta dos escritos de Hall.

Ao percorrermos o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2015) na parte 1 “Saberes Cruzados” no capítulo 3 “Saber sobre o que está distante” verificamos que o livro

contempla conhecimentos antropológicos com diversas conceituações que são interligadas à cultura. Em comparação ao livro Sociologia para o Ensino Médio (2012), por exemplo, inova ao desenvolver um texto mais fluido para o público a que se destina, em uma linguagem menos bacharelesca a qual está presente no primeiro livro de Sociologia analisado do PNLD 2012. Contudo, no livro Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (2015), as autoras fazem um emprego de um número bem menor de pensadores da área da antropologia, em comparação ao livro do PNLD 2012.

Ao observarmos o livro Sociologia em Movimento (2018) percebemos que a categoria cultura ganha um destaque mais abrangente. Seguramente, de todos os livros, analisados é o que traz um apanhado mais completo do conceito de cultura e sua relação social revisitando os fundamentos básicos do processo de socialização e interação social. Os autores do livro desenvolvem um capítulo com temas de racismo, discriminação, preconceito e desigualdades sociais que permeiam as relações sociais.

No capítulo 3 “Cultura e ideologia” na seção 3 desenvolve-se a relação das escolas antropológicas: antropologia evolucionista, difusionismo; culturalismo; funcionalismo; antropologia estrutural e antropologia interpretativa. Não verificamos nos outros livros analisados a abordagem destas escolas antropológicas. Para tal empreendimento, os autores que elaboraram o livro recorreram há um número significativo de pensadores, principalmente da antropologia, mas também em diálogo com pensadores sociólogos.

Quando percorremos os livros selecionados das edições do PNLD de Sociologia e de CHSA na observação da subcategoria indústria cultural percebemos que esta subcategoria é menos explorada e não tem um destaque muito expressivo. Contudo, são três pensadores que figuram como tripé na conceituação de indústria cultural que são Walter Benjamin, Horkheimer e Adorno. O único livro que utiliza somente um autor, Walter Benjamin, é o livro Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (2015).

Indústria cultural é a temática que fecha a unidade “Cultura e Ideologia” de ambos os livros: Sociologia para o Ensino Médio (2012) e Sociologia em Movimento (2018). Coincidentemente, os dois livros têm o mesmo título na unidade e os dois livros também tratam dos impactos dos meios de comunicação de massa; Sociologia para o Ensino Médio (2012) de forma mais intensa em virtude da data da edição, quando a televisão tinha ainda uma forte influência social, uma vez que a inclusão digital e as redes sociais estavam ainda em processo de expansão e difusão massiva.

Em Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (2015) encontramos no capítulo 12 “Sonhos de Consumo” um capítulo todo dedicado exclusivamente para tratar da subcategoria

indústria cultural, onde as autoras recorrem somente a Walter Benjamin, único sociólogo/filósofo empregado para discorrer sobre o conceito. Por utilizar de Benjamin, o capítulo tem relações mais coesas com a Sociologia e não se encontra mais próximo aos conceitos “puros” de cultura. O capítulo está situado na parte 2 do livro “A Sociologia vai ao cinema” que contextualiza com um problema específico o que é a modernidade e trechos de imagens do filme Tempos Modernos de Charles Chaplin. A cena da loja de departamentos do filme de Chaplin é revisitada com o shopping center para tratar de termos como comportamento, consumismo e cultura de massa.

A subcategoria indústria cultural no livro do PNDL de 2021 está inserida em uma outra configuração no livro Diálogos: Consciência Ambiental (2021), quebrando a linearidade de ser um conceito presente no leque de cultura o que causa em um primeiro momento um estranhamento. O capítulo 2 “Cultura no Mundo Contemporâneo” está de certa forma deslocado das demais temáticas deste livro que tratam de exploração da natureza, temáticas relacionadas a acordos sustentáveis e ética ambiental.

A relação lógica para indústria cultural constar no livro Diálogos: Consciência Ambiental (2021) é justificada pelas imbricações da cultura de massa e as transformações econômicas e sociais que geram aumento no consumo e de descarte, o que conseqüentemente, reverte em problemas socioambientais e aumento na poluição.

O livro Diálogos: Consciência Ambiental (2021) é formado pelas unidades “O ser humano e sua relação com a natureza”; e “Alternativas para o desenvolvimento”. Segundo o Guia PNDL 2021 este livro “propõe a discussão sobre os modelos de exploração da natureza, problematizando sua relação com as epidemias ao longo da História; traz a noção de cultura como estratégia para a reflexão sobre modernidade, inserindo no debate as culturas juvenis” (Brasil, 2021, p.76).

Em linhas gerais o que fica perceptível nos livros analisados é que o emprego de autores com tradição e pesquisa na Antropologia para a contextualização da categoria cultura e subcategoria indústria cultural tem uma ênfase maior em Sociologia para o Ensino Médio (2012) e Sociologia em Movimento (2018). Em ambos os livros, um número maior de pensadores pode ser visualizado. Sociologia para o Ensino Médio (2012) dedica uma unidade composta por três capítulos para tratar sobre cultura. Sociologia em Movimento (2018) está configurado de forma semelhante, com uma unidade e três capítulos. Sociologia em Movimento (2018) faz uso de aproximadamente trinta pensadores e Sociologia para o Ensino Médio (2012) em torno de vinte pensadores.

Em caráter comparativo no livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2015) temos em torno de sete autores para a contextualização dos conceitos e nos livros *Diálogos: Compreender o Mundo* e *Diálogos: Consciência Ambiental* (2021) são seis autores somente. Dos seis pensadores que os autores do livro fazem apropriação, somente quatro têm tradição antropológica e estudos centrados nos conceitos de cultura: Clifford Geertz, Franz Boas, Stuart Hall e Kabengele Munanga. Em *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2015) são seis autores representantes das tradições antropológicas para explicar a categoria cultura: Roque de Barros Laraia; Franz Boas; Claude Lévi-Strauss; François Laplantine; Bronislaw Malinowski e Clifford James Geertz.

O que fica claro é um esvaziamento de conceitos mais bem fundamentados através de pensadores. **Nos dois livros** que menos empregam autores tidos como “clássicos da antropologia” *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2015) trata com mais apropriação os conceitos antropológicos com uma definição mais precisa. **Já nos dois volumes**, *Diálogos: Compreender o Mundo* e *Diálogos: Consciência Ambiental* (2021) percebemos um esforço um tanto quanto truncado de realizar a interdisciplinaridade. Os conceitos têm uma abordagem numa linguagem mais dispersiva e parece perder a homogeneização. Carecem de rigor científico, pois no exercício de leitura por vezes uma, duas, três páginas são desenvolvidas sem a presença de nenhuma fundamentação teórica de pensadores clássicos, isso para autores tanto da Sociologia como para as demais disciplinas contempladas no livro.

7.3 CIÊNCIA POLÍTICA – ANÁLISE DA CATEGORIA: CIDADANIA – SUBCATEGORIA: DEMOCRACIA

Ao analisarmos a categoria democracia e subcategoria cidadania são distintas as conexões estabelecidas com os movimentos sociais em torno da demanda por mudanças de alguns aspectos da estrutura social. Os livros *Sociologia para o Ensino Médio* (2012) e *Sociologia em Movimento* (2018) apresentam este aspecto muito bem demarcado no próprio sumário das obras.

No livro *Sociologia para o Ensino Médio* (2012) a unidade que aborda cidadania e democracia é intitulada “Direitos, cidadania e movimentos sociais” e tem um capítulo “Os movimentos sociais” para explorar sobre o conceito. Já no livro *Sociologia em Movimento* (2018) temos uma unidade “Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea” com um capítulo reservado para os movimentos sociais.

Em *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2015) não localizamos o conceito de movimentos sociais no sumário, mas aborda no transcorrer do texto de forma menos enfática do que os livros do PNLD de 2012 e 2018. Todavia, no livro *Diálogos: Construção da Cidadania* (2021), o termo “movimentos sociais” não é visualizado. O que percebemos é a troca do termo movimentos sociais por mobilizações sociais, que neste livro estão relacionadas a categoria de democracia, principalmente no movimento pela redemocratização brasileira nos anos de 1980.

Há então uma suavização e adaptação dos termos, de forma que os movimentos sociais têm uma relação mais concentrada com a luta pelos direitos políticos. É de fundamental valia ressaltar que no livro *Sociologia em Movimento* (2018) a temática da democracia na abertura do capítulo 7, “Democracia, cidadania e direitos humanos”, traz no início da seção a exemplificação das manifestações de 2013 que aconteceram em âmbito nacional brasileiro e sua respectiva contextualização. O exemplo elencado pelos autores da obra justamente cumpre o papel de relacionar a subcategoria de democracia a fenômenos mais amplos, não se restringindo somente ao voto. No referido livro, os autores estabelecem uma conexão com movimentos sociais, manifestações populares que são motores que impulsionam outras demandas sociais de forma coletiva.

Nesta mesma direção os pesquisadores Tavares e *et al* (2022) ao analisarem o conceito de democracia em *Sociologia em Movimento* (2018) corroboram com a concepção sobre o sentido de democracia no referido livro:

É interessante notar a escolha dos autores em iniciar com os protestos de rua, visa enfatizar uma visão de Democracia que não se restringe ao voto. Tal constatação pode ser identificada quando aponta que Democracia “é comumente utilizada para designar uma estrutura de organização da sociedade na qual a população participa de diversas maneiras de esferas de poder social” (TAVARES et al, 2022, p. 4065).

No livro *Diálogos: Construção da Cidadania* (2021) os direitos humanos estão relacionados às práticas sociais e os movimentos sociais que tinham destaque nos livros das edições do PNLD anteriores são substituídos por Organizações Não Governamentais (ONGs), em sua grande maioria ONGs de atuação internacional, não relacionando exemplos nacionais.

A subcategoria democracia está reforçada, se faz presente no livro *Diálogos: Construção da Cidadania* (2021) de forma mais detalhada pelas disciplinas de geografia e história. A apresentação dos capítulos reforça o caráter histórico e geográfico. No capítulo 1 “Democracia e ditadura no Brasil e na América Latina”, por exemplo, a democracia é um processo relatado pelas experiências na América Latina, América Central e Caribe. Nas edições dos livros anteriores do PNLD que analisamos não são observadas estas abordagens geográficas de países vizinhos ao Brasil.

Na unidade 5 do livro *Sociologia para o Ensino Médio* (2012) “Direitos, cidadania e movimentos sociais”, lutas, revoltas e movimentos sociais no Brasil tem um recorte amplo. Há, por parte do autor, um resgate histórico das lutas no período colonial, revoltas regionais, abolicionismo e republicanismo. O autor retoma movimentos como o de Canudos, Coluna Prestes, a República varguista e a República fardada. Há uma interdisciplinaridade na abordagem neste capítulo, em especial no capítulo “Movimentos Sociais no Brasil”. Estes exemplos ajudam a fomentar a discussão da mudança na trajetória da elaboração dos livros apresentando uma articulação na narrativa e na condução das mediações didáticas.

Nos quatro livros temos para a conceituação de democracia o emprego dos pensadores contratualistas. *Sociologia para o Ensino Médio* (2012); *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2015); *Sociologia em Movimento* (2018) e *Diálogos: Construção da Cidadania* (2021) utilizam Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Estes pensadores estão normalmente referenciados as discussões sobre a teoria democrática moderna e suas ideias são localizadas no debate sobre a teoria do contrato social. Cabe ressaltar que nos livros da edição de 2012 e de 2018 estão mais bem referenciados e seus conceitos mais desenvolvidos em comparação aos livros de 2015 e 2021 das edições do PNLD.

Ao examinarmos a categoria cidadania, um aspecto que pode ser observado é a abordagem tradicional que a Sociologia dá à questão na sequência histórica da conquista de direitos propostos por Marshall. Nos livros *Sociologia para o Ensino Médio* (2012), *Sociologia em Movimento* (2018) e *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2015); os direitos políticos, sociais e civis se manifestam de forma significativa, em especial no primeiro e segundo livros citados anteriormente. Esta abordagem histórica dos direitos, presentes, por exemplo em *Sociologia em Movimento* (2018), tem a finalidade de desnaturalizar a concepção de que os direitos políticos, sociais e civis sempre existiram, deste modo enfatizando que são conquistas adquiridas ao longo de um percurso de muitas lutas sociais e embates promovidos pela sociedade organizada e movimentos sociais.

Em contraposição, no livro *Diálogos: Construção da Cidadania* (2021) o pensador Marshall não é mencionado. Em todo o livro não é feita uma citação sequer a esta referência muito difundida na Sociologia para a abordagem da interligação dos direitos constituintes da principal característica da cidadania.

Diálogos: Construção da Cidadania (2021) apresenta a história dos Direitos Humanos pelas três gerações: 1º Direitos Civis e Políticos; 2º Geração Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e 3ª Geração; Direitos Universais – Fraternidade e Igualdade. Direitos estes que

surgiram como consequência dos desdobramentos das revoluções burguesas, em especial da França e da Inglaterra.

Logo, fica evidente uma mudança na abordagem da categoria cidadania no PNLD 2021. O conceito de cidadania nos livros que são editados no PNLD 2012, 2015 e 2018 tem um alinhamento às diretrizes do que apregoa os Parâmetros Curriculares Nacionais. Nestas orientações o conceito de cidadania deve considerar as relações entre indivíduos e sociedade; os movimentos sociais; os sistemas de poder e os regimes políticos; as formas de Estado; a democracia; os direitos do cidadão, dentre outros (BRASIL, 2006, p. 88).

Havia um intento nas obras Sociologia Para o Ensino Médio (2012), Sociologia em Movimento (2018) e Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (2015) para com a desnaturalização no processo de conscientização da cidadania; dos direitos postos sem questionamento. Deste modo, os LDs contribuíam para um processo de formação crítico social através do incentivo aos alunos para uma atuação mais ativa na atividade política e entender a sua importância.

A título ilustrativo das mudanças nesta trajetória e configurações dos LDs podemos exemplificar com o uso do Guia do Livro Didático de cada obra. Todos os guias apresentam na organização da resenha da obra uma seção chamada análise. Nesta, são informadas os contornos e abordagens do que trata cada capítulo ou unidade do livro. Trazemos aqui a análise de cada capítulo ou unidade onde estão localizadas a categoria cidadania e subcategoria democracia.

A análise do livro Sociologia para o Ensino Médio do PNLD 2012 traz a seguinte observação:

Na Unidade 5, o termo chave é cidadania. O autor demonstra os diferentes sentidos e aspirações que se expressaram nesse termo polissêmico ao longo da história. Na parte relativa aos movimentos sociais, o autor demonstra os diferentes fundamentos dos confrontos político-sociais, dando especial destaque às especificidades dos movimentos sociais contemporâneos. Há, nessa unidade, dois capítulos sobre o Brasil, no qual se discutem possibilidades e limites no processo de conquista da cidadania e a história dos movimentos sociais no país (BRASIL, 2011, p. 24).

Para o livro Tempos Modernos, Tempos de Sociologia do PNLD de 2015 encontramos uma análise muito sucinta: “No Capítulo 19, ‘Participação política, direitos e democracia’, são discutidas as noções de Estado e de regime político, além do problema da cidadania e democracia” (BRASIL, 2014, p. 25).

No livro analisado do PNLD 2018, Sociologia em Movimento, encontramos na seção análise uma contextualização mais ampla:

A terceira unidade, “Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea”, compreende três capítulos e está fundamentada na área de Ciência Política. Desenvolve os conceitos básicos de poder, política, Estado e governo

de modo a relacioná-los com temas contemporâneos que versam sobre a democracia, a cidadania e os direitos humanos. A unidade também apresenta o debate teórico e histórico em torno dos movimentos sociais. Em toda a unidade há referências e problematizações diversas sobre as características e particularidades da sociedade brasileira (BRASIL, 2017, p. 34).

E no PNLD 2021 no livro *Diálogos: Construção da Cidadania* (2021), que na divisão dos volumes é o de número seis, temos esta informação extremamente reduzida sobre a análise: “O volume 6 discute a democracia e os desafios para a construção da justiça no Brasil” (BRASIL, 2020). Esta frase enxuta é encontrada na seção análise do Guia de CHSA para tratar de um livro de 160 páginas. A análise no guia do conjunto completo, composto por seis volumes, é introduzida pela frase:

A obra destaca-se pela discussão de questões atuais de forma temática e integrada, escolhendo os Direitos humanos, o combate às desigualdades, a promoção da cidadania e o desenvolvimento sustentável como eixos de organização, a partir dos quais promove a articulação dos componentes curriculares da área de CHSA (BRASIL, 2020).

Estas nuances na trajetória da configuração e na elaboração dos LDs constantes no Guia do Livro Didático de cada edição nos dão noções das interfaces com que vão se configurando e conformando os percursos metodológicos para a elaboração dos livros e como as categorias e subcategorias estão contempladas e apresentadas. Um dos detalhes que está envolvido neste processo e de forma mais evidente nos livros interdisciplinares do PNLD de 2021 é a formação acadêmica e dos autores envolvidos no processo.

De forma sucinta, quando percorremos os livros e observarmos a formação dos autores do PNLD de Sociologia de 2012, 2015 e 2018, havia a predominância em pesquisadores com formação em Ciências Sociais ou com formação em *stricto sensu* concentrados na área da Sociologia. No livro *Diálogos em Ciências Humanas*, todos os seis volumes foram escritos por três autores: dois com formação bacharelado e licenciatura em Geografia e um autor bacharel em Ciências Sociais. Nos livros que apregoam a interdisciplinaridade não temos autores da História e da Filosofia.

Deste modo, já está identificado um problema do qual o texto final é um reflexo; não havendo um professor para cada área se supõem que haverá prejuízo para determinados campos disciplinares. O texto dos livros reflete a falta de equidade na formação em nível de graduação e pós *stricto sensu* nos autores dos livros didáticos de CHSA do PNLD 2021.

Esta investigação sobre a autoria dos LDs do PNLD 2021 e suas relações com a Sociologia escolar é um movimento em conjunto dos pesquisadores Bodart, Esteves e Tavares (2021). Ao dissertarem sobre, justificam que sob o argumento da interdisciplinaridade as

disciplinas acabaram se diluindo. As bases disciplinares precisam dialogar entre si, portanto deve haver um fortalecimento disciplinar para que haja um diálogo interdisciplinar.

Um dos apontamentos da investigação de todas as obras do PNLD 2021, feito pelos autores chegou ao seguinte registro:

Dentre as autorias das obras de CHSA aprovadas no PNLD-2021, predominam autores do sexo masculino, reproduzindo as desigualdades de gênero observadas nos espaços acadêmicos. Embora as obras proponham abordar os quatro campos disciplinares (Geografia, Filosofia, História e Sociologia), apenas três obras, das 14 aprovadas, têm na composição autoral representantes de cada um desses campos, havendo uma presença maior de graduados(as) em História e em Ciências Sociais, respectivamente. A Filosofia é o campo disciplinar menos representado, com apenas oito autores(as) – seguida da Sociologia – fato que pode proporcionar fragilidade à sua manutenção no currículo do ensino médio (BODART; ESTEVES; TAVARES, 2021, p. 109).

Uma das consequências é que os conteúdos que constam nos livros interdisciplinares são abordados de forma superficial e que não dão conta de apresentar as especificidades dos conceitos. Os conceitos por vezes não estão bem estruturados para que os alunos consigam compreender e interligar cada conhecimento em cada um dos campos do saber científico mobilizado. Textos que podem ser lidos e mal-entendidos, aprendidos como uma aula de senso comum por certa falta de clareza, delineamento científico das categorias conceituais na presença das disciplinas.

Conforme relatamos nesta seção, podemos denotar uma defasagem da ordem da reflexão para a promoção da criticidade dos fenômenos sociais que são de significativa relevância para a construção do caráter emancipatório na formação dos alunos do EM. Temos a impressão de que os dois princípios fundamentais da Sociologia na sala de aula: o estranhamento e a desnaturalização, de acordo com o que apregoa a OCEM, foram simplesmente desconsiderados.

Há também uma fragilidade teórica conceitual na elaboração dos livros Diálogos em Ciências Sociais que analisamos. Esta observação não é somente para os conceitos de Sociologia, mas também para as demais disciplinas que constituem a área. Conceitos de Filosofia, por exemplo, são muito pouco relacionados. Em comparação com as edições anteriores o número de pensadores da Sociologia, Antropologia e Ciência Política é menor e menos explorado no trato conceitual. É perceptível uma fragilidade na construção da transposição didática de temas e conceitos.

Vale ressaltar que neste trabalho o tema da interdisciplinaridade não é abordado do ponto de vista conceitual. A interdisciplinaridade pode ser considerada uma tentativa de enfrentar uma fragmentação dos conhecimentos. O livro interdisciplinar de 2021 é o primeiro

intento de se realizar esta abordagem para aproximar as competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada área do conhecimento. As mudanças estruturais na organização do LD são a primeira amostra da aprovação da BNCC e do NEM. Por hora ainda faltam acertos mais precisos na implementação deste novo parâmetro. Consideramos que há sim avanços nesta nova configuração, mas um percurso ainda significativo a ser galgado para que haja um entrosamento interdisciplinar efetivo.

Por fim, examinamos aqui neste trabalho, em linhas gerais, a interdisciplinaridade dos livros selecionados do PNLD 2021, todavia, para um aprofundamento maior seria necessário utilizar de conceitos e escritos originais dos pensadores das Ciências Sociais. Este é um ponto que pode ser aprofundado em trabalhos posteriores bem como, uma abordagem da conceituação da interdisciplinaridade que aqui não foi contemplada. Também em futuras análises podem ser considerada a interface com as competências e habilidades apregoadas pela BNCC para a linha editorial e como impactam a formatação dos LDs para o NEM.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como a educação, o LD é um campo de disputas seja ele pelo viés ideológico que tem o intento de influenciar o sistema educacional através de agendas liberais ou conservadoras, seja pelo mercado editorial ou pelos autores que o elaboram. No Brasil a inclusão do PNLD como uma política pública de Estado enfrenta desafios e entraves, mas mantém uma produção significativa que é considerada um dos maiores programas de distribuição de LDs do mundo, pela vultuosidade de recursos envolvidos e pelo número de exemplares que anualmente chegam as escolas brasileiras.

Esta inserção massiva dos LDs ao longo das últimas décadas tem despertado muitas iniciativas de pesquisa para tratar sobre contextos que permeiam este suporte didático. A Sociologia que teve sua inserção tardia no PNLD em 2012 e, a partir de então, passa a integrar objeto de pesquisa nas universidades, em especial em trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Neste trabalho procuramos dar um destaque a vários aspectos que interseccionam o LD, com especial atenção ao ensino da Sociologia no Brasil e suas diversas intermitências no currículo da educação básica. Após a inclusão de forma definitiva nos currículos escolares em 2008 a Sociologia para a integrar o PNLD em 2012. Para entendermos melhor o funcionamento do programa do LD dissertamos sobre a sua configuração e como os livros estão posicionados no programa e auxiliam na rotinização do ensino da Sociologia.

Para a investigação de nosso problema de pesquisa se fez necessário uma abordagem do NEM responsável pela reconfiguração nos currículos escolares de todo o Brasil, orientados pela BNCC. De forma automática a reforma e a instituição do NEM refletem na configuração e produção dos LDs que passam a ser interdisciplinares. Estas mudanças nos motivaram a desenvolver este trabalho e percorrer diferentes edições do PNLD de Sociologia para traçarmos impressões, análises e apontamentos sobre o livro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD de 2021 em comparação com os livros disciplinares das edições anteriores.

Alguns pesquisadores já têm se debruçado a esta temática de pesquisa em especial as mudanças introduzidas pela BNCC, as alterações que o edital do PNDL sofreu, especialmente para a última remessa de livros selecionados e distribuídos na edição 2021. Além disso temos pesquisas que tratam da interdisciplinaridade nos LDs e como está manifestada nas obras, possíveis acertos e lacunas que são identificadas, trabalhos que discorrem sobre o perfil dos autores dos livros didáticos de CHSA, as correspondências entre as obras aprovadas e os objetos do conhecimento dos currículos estaduais.

Podemos considerar que este universo de pesquisa é muito amplo e fonte rica em conteúdo de análise. Aqui neste trabalho trazemos um recorte mais direcionado as categorias e subcategorias de análise, um apanhado breve considerando a amplitude do que ainda pode ser explorado. Ponderamos que esta temática de pesquisa não se esgota aqui e pode suscitar investigações a respeito da interdisciplinaridade e da falta de equidade representativa entre as áreas que os LDs contemplam.

Devemos nos atentar ao instrumento/suporte que é o LD para que o conteúdo de Sociologia não desapareça, ou seja, tratado de forma superficial. Além disso, para garantir a presença da disciplina de Sociologia e para que de fato haja uma verdadeira interdisciplinaridade nas obras produzidas e que chegam as escolas brasileiras devemos fomentar debates acadêmicos e embates nas instancias de representatividade política. Trabalhos que refletem este viés colaboram para a discussão e a resistência para que a disciplina de Sociologia, tão ameaçada pelas intermitências, seja mola propulsora para a construção de um sujeito proativo e crítico frente aos fatos, manifestações sociais, políticas e culturais.

Em linhas gerais, nesta análise de trajetória que realizamos ao percorrer os livros, há uma prevalência de conteúdos relacionados a Sociologia em comparação à Antropologia e à Ciência Política. Na análise, a categoria trabalho se sobressai perante as demais categorias, em especial no livro interdisciplinar, possivelmente pelo direcionamento da BNCC e do rearranjo que o NEM promoveu no ensino, com uma roupagem direcionada para a inserção do jovem no mercado de trabalho frente aos desafios das novas tecnologias, carreiras e objetivos profissionais.

Como já frisado na análise, no livro interdisciplinar, há praticamente um “abandono” deste prisma de mediação didática através dos clássicos e o conceito de trabalho é descrito, muito fortemente, como uma forma emancipatória e como agente de transformação sob o viés mercadológico e na preparação do jovem para o mercado de trabalho. A leitura crítica do trabalho não se faz mais presente.

A readequação de termos como movimentos sociais para manifestações sociais e a substituição do estudo dos movimentos sociais por ONGs, além da “suavização” de termos marxistas e até mesmo abandono de obras dos pensadores clássicos, nos dão uma dimensão desta reconfiguração no EM brasileiro. Além da diminuição de conteúdo das Ciências Sociais, temos uma certa “eliminação” de conceitos importantes de obras cujos títulos podem ser propulsores de polêmicas de debates e questionamentos frente a ofensiva capitalista no projeto de educação promovida com a reforma do EM.

Nos livros do PNLD de 2021 temos a apresentação de abordagens conceituais mais simplórias denotando fragilidades teóricas conceituais. Carecem de rigor científico, pois no exercício de leitura por vezes uma, duas, três páginas são desenvolvidas sem a presença de nenhuma fundamentação teórica de pensadores clássicos, isso para autores tanto da Sociologia como para as demais disciplinas contempladas no livro. Nesta primeira edição dos livros sob a interdisciplinaridade é perceptível uma falta de equidade na abordagem dos conceitos.

Esta chamada desdisciplinarização do NEM passou a exigir mais dos professores na abordagem do percurso da historicidade da Sociologia. A reconfiguração dos currículos retirou a tradicional linearidade na abordagem dos clássicos da Sociologia. Alguns professores acabam recorrendo a LDs de edições anteriores do PNLD disciplinares de Sociologia para trabalhar de forma plena, conforme vivenciado em experiência pessoal no Programa Residência Pedagógica. Trata-se de diversas nuances que este trabalho não consegue abranger em sua completude.

No momento de finalização da escrita deste trabalho muitas discussões ainda estão em voga em torno da revogação da Reforma do Ensino Médio e os impactos do NEM. Na data de apresentação deste Trabalho de Conclusão de Curso em 20/12/2023, após pressão das entidades da Educação, a Câmara dos Deputados adiou a votação do Projeto de Lei da Reforma do Novo Ensino Médio para março de 2024. O que não podemos deixar de enfatizar é a relevância da Sociologia e de outras disciplinas ameaçadas de silenciamento. A Sociologia por tratar de questões econômicas, sociais, políticas e culturais não pode ser vista como dispensável. Ela se faz necessária para fortalecer a formação crítica, questionadora da realidade dos estudantes e sua formação emancipatória. Para além de formação para o mercado de trabalho não podemos reduzir nosso ensino ao utilitarismo. O objetivo central são os sujeitos detentores de força motriz para mudar, questionar, lutar por seus direitos e anseios frente aos interesses materiais. A luta para que o ensino da Sociologia seja o farol da resistência não se ofusca.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.

BELOTI, Adriana; GRZECA, Francini Carla; BOHRER, Marcos. Novo Ensino Médio: análise e projeções –Entrevista com Daniel Cara. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 12, n. 23, jan./jun. 2023. <https://doi.org/10.33871/22386084.2022.12.23.7-1818>.

BODART, Cristiano das Neves. ESTEVES, T. J.; TAVARES, C. S. Os (as) os (as) autores (as) dos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD-2021 e suas relações com a Sociologia escolar. **Cadernos da Associação Brasileira de ensino de Ciências Sociais**, v. 5, p. 89-162, 2021.

BODART, Cristiano das Neves. Um retrato das pesquisas sobre livros didáticos de sociologia no Brasil. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, v. 31, p. 293-326, 2021.

BODART, Cristiano das Neves.; CIGALES, Marcelo. P. O que ler sobre o ensino de Sociologia no Brasil? **Pensar a Educação em Revista**, v. 5, p. 1-15, 2020.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais no currículo do Ensino Médio Brasileiro. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 219-234, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194>. Acesso em: 12 out. 2023.

BODART, Cristiano das Neves; OLIVEIRA, Rafaela Reis Azevedo de. A Sociologia no novo currículo do Ensino Médio de Minas Gerais. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 123–149, 2022. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/388>. Acesso em: 29 out. 2023.

BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos: Tempos de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BRASIL. Fnde. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (ed.). **PNLD: funcionamento**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2021: Sociologia – guia digital equipe PNLD 2021 – Objeto 3**. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_formacao_continuada_pnld_2021_obj3_sociologia.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL, **Edital de Convocação Nº 03/2019** – CGPLI Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Recursos Digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld->

2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13__RETIFICACAO_07.04.2021.pdf.
Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Base Curricular Nacional do Ensino Médio–Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2019b. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.
Acesso em: 08 set. 2023

BRASIL. **Lei ordinária nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases, dentre outros. Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: Sociologia – guia de livros didáticos - Ensino Médio**, Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017c. Disponível em:
<https://www.fnde.gov.br/pnld-2018/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em:
https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD_2015/pnld_2015_sociologia.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. **Guia de livros didático: PNLD 2012: Sociologia**. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em:
https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD_2012/GuiaPNLD2012_SOCIOLOGIA.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL, **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+). Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 de junho de 2008.

BRASIL. Resolução CEB nº 03, de 26 de junho de 1998. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1998b.

CAIMI, Flávia Eloisa. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 21–40, 2018. DOI: 10.20949/rhhj.v7i14.465. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/465>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CARDOSO. Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARVALHO, Lena C. **Livros didáticos do Novo Ensino Médio: o choque do PNLD 2021**. Sententia, 2021. Disponível em: <https://sententia.com.br/lenacostacarvalho/2021/livros-didaticos-novo-ensino-medio-pnld/>. Acesso em: 10 out. de 2023.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. 2007. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAVALCANTE, Thayene Gomes; SILVA, Anicélia Ferreira Da. Desafios de adoção do livro didático de sociologia e formação continuada de professores. **Revista Em Debate** (UFSC), Florianópolis, volume 13, p. 132-154, 2015. ISSN 1980-3532. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2015n13p132>. Acesso em: 02 abr. 2023.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; GREINERT, Diego. O debate sobre o currículo de Ciências Sociais: da Lei 11.684 de 2008 a BNCC de 2018. **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, p. 235-250, 2020.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini et al. Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1027-1056, dez. 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362014000400008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 ago. 2023.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **Mapeando a produção sobre o livro didático de sociologia**. 2017. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2017.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas-SP: Alínea, v. 1, p. 52-71, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FERNANDES, Florestan. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. 1955, **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955. Acesso em: 19 fev. 2023.

FERREIRA, W.; SANTANA, D. C. A reforma do ensino médio e o ensino de sociologia. **Revista Perspectiva Sociológica**, n. 21, p. 41-53, p. 41 – 53, 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b969/29816b644b0558ec392d0242785dcb2b3d50.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018. DOI:

10.5935/0103-4014.20180028. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152508>. Acesso em: 6 dez. 2022.

FNDE. **Dados estatísticos**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FNDE. **História**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/biografia>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília, DF: Plano, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Apresentação. Desigualdades e diversidade na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, jul./set. 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/sZMWK9Q7ZFGnVpV55X85WZD/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso em: 20 nov. 2023.

GUEDES, Waschington Alves et al. Sociologia no currículo da Paraíba e nas coleções didáticas do PNLD 2021. **Anais... VIII Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco - EPEPE**, Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/83794>. Acesso em: 18 nov. 2023.

HANDFAS, Anita. O Estado da Arte do ensino de Sociologia na Educação Básica: Um levantamento preliminar da produção acadêmica. **Revista Inter-Legere**, Natal, v. 1, n. 9, 23 out. 2011.

HANDFAS, Anita. O que temos pesquisado sobre os livros didáticos de Sociologia? In: Danyelle Nilin Gonçalves; Daniel Gustavo Mocelin; Mauro Meirelles. (Org.). **Rumos dDa Sociologia nNo Ensino Médio**. 1. ed. Porto Alegre: CirKula, 2016, v. 1, p. 131-142, 2016.

MAÇAIRA, Julia Polessa. 2017. **O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2017.

MERISSI, Laís Celis. Implementação do Plano Nacional do Livro Didático: docentes de Sociologia e os usos do Livro Didático no Nordeste brasileiro. **Sociologias Plurais**, v. 5, p. 56-70, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/71025>. Acesso em: 02 abr. 2023

MEUCCI, Simone. 2000. **A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. Dissertação de mestrado (Pós-graduação em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas,, Campinas, UNICAMP, Campinas,, (março) 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education**, v. 35, n. 2, p. 179-189, 15 jul. 2013. Doi: /b> - doi: 10.4025/actascieduc.v35i2.20222.

OLIVEIRA, Amurabi. O currículo de ciências humanas e sociais no Brasil no contexto de ascensão do conservadorismo. **Educação em Foco** (UFJF), v. 27, p. 1-14, 2022.

OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de sociologia no Brasil: Um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 42–58, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n2.46060. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46060>. Acesso em: 6 nov. 2022. Doi: DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n2.46060.

OLIVEIRA, Amurabi; MELCHIORETTO, Beatriz. O ensino de sociologia como tema de pesquisa nas ciências sociais brasileiras. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 91, p. 1–26, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/491>. Acesso em: 20 fev. 2023.

OLIVEIRA, Amurabi; PINHEIRO CIGALES, Marcelo. A pesquisa como princípio pedagógico no ensino de Sociologia: uma análise a partir dos livros selecionados no PNL D 2015. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 51, núm. 3, 2015, p. 279-289 Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.05. Acesso em: 01 ago. 2023.

OLIVEIRA, Ana Suélen Silva et al. Novo ensino médio: impactos da Bncc e do Pnld 2021 sobre o ensino de sociologia. **Anais do VIII Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco...** Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/83795>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PELEGRINI, Camila. A resistência das Ciências Sociais no atual contexto político educacional brasileiro. ISSN – 2446-547X. **Anais...** eletrônicos do IV Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação. UNESC, Criciúma, 2018.

PNLD. **Histórico**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico><http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 11 Dez dez. 2022.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Educação**. Currículo base do ensino médio do território catarinense: caderno 2 – formação geral básica / Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis :Florianópolis: Gráfica Coan, p. 205, 2021. 205 p.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SOUSA NETO, Manoel Moreira de. **Livros didáticos entre o estado e a ciência: uma análise do PNL D sociologia 2012-2018**. Tese (Doutorado em Sociologia), – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.),. – Curitiba, 2021.

TAVARES, Caio Dos Santos et al. O conceito de democracia nos livros didáticos do PNLD 2018 e 2021. **Anais... VIII EPEPE...** Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/83706>. Acesso em: 18/11/2023

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. Nelson Dacio Tomazi. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

UNICAMP. Comissão Central de Graduação. Comissão Permanente de Formação de Professores. **Manifestação da Comissão Permanente de Formação de Professores da Unicamp sobre a elaboração da Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, 2017.

VALE, Nancy Pinto do. Novo Ensino Médio: Reflexões, expectativas, desafios e oportunidades. **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 134–143, 2022. Disponível em: <https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/392>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VICENTINO, Cláudio; CAMPOS, Eduardo; SENE, Eustáquio. **Diálogos em Ciências Humanas: Importância do Trabalho**. São Paulo: Editora Ática, 2020.

VICENTINO, Cláudio; CAMPOS, Eduardo; SENE, Eustáquio. **Diálogos em Ciências Humanas: Compreender o Mundo**. São Paulo: Editora Ática, 2020.

VICENTINO, Cláudio; CAMPOS, Eduardo; SENE, Eustáquio. **Diálogos em Ciências Humanas: Consciência Ambiental**. São Paulo: Editora Ática, 2020.

VICENTINO, Cláudio; CAMPOS, Eduardo; SENE, Eustáquio. **Diálogos em Ciências Humanas: Construção da Cidadania**. São Paulo: Editora Ática, 2020.

WIERCZORKIEWICZ, Alessandra Krauss. A Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica de suas idas e vindas no currículo escolar brasileiro. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 29, 9 de agosto de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/29/a-sociologia-no-ensino-medio-uma-analise-historica-de-suas-idas-e-vindas-no-curriculo-escolar-brasileiro>. Acesso em: 18 ago. 2023.